



SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL
DO ESTADO DE SÃO PAULO

APOIO TÉCNICO E LOGÍSTICO AO PLANEJAMENTO
E GOVERNANÇA PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

SISTEMATIZAÇÃO DOS RESULTADOS DOS GRUPOS DE TRABALHO
RM SÃO JOSÉ DO RIO PRETO
P8

SÃO PAULO
Outubro 2022



Sumário

Apresentação	3
Principais temas abordados	4
Memórias dos GTs com o setorial do estado	
GT TRANSPORTE E SISTEMA VIÁRIO REGIONAL	8
GT DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	17
GT PLANEJAMENTO TERRITORIAL (MACROZONEAMENTO)	30
GT PLANEJAMENTO TERRITORIAL (MACROZONEAMENTO)	42
GT DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (AGRICULTURA)	48
Alocação da equipe técnica e consultores	60

Apresentação

O **Produto 8 – Sistematização dos resultados dos grupos de trabalho (GTs)** apresenta as atividades e a pauta discutida nos grupos de trabalho temáticos (GTs) com seus respectivos desdobramentos. Os GTs são integrados por órgãos setoriais do governo estadual (ver Quadro 1) e organizados segundo temáticas específicas contempladas no Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana de São José do Rio Preto (PDUI-RMSJRP).

No contexto do PDUI, os grupos de trabalho temáticos são fóruns de discussão e análise das propostas e sugestões produzidas pela equipe técnica da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), que são também apresentadas nas oficinas regionais, bem como as contribuições encaminhadas via plataforma digital.

Os conteúdos (propostas) abordados nos GTs, provenientes de públicos diversos, foram organizados em temáticas, conforme tratado no documento Diagnóstico (P7), estruturado em eixos transversais relativos ao escopo do PDUI. Assim, as Funções Públicas de Interesse Comum (FPICs) aí destacadas foram consideradas a partir da transversalidade necessária para a ampliação de ações territoriais. É importante destacar que os GTs constituídos também sugeriram novas propostas, que serão incorporadas ao caderno preliminar de propostas (P10).

As discussões promovidas nos GTs temáticos buscam formar consensos quanto às diretrizes a serem estabelecidas e às ações estratégicas de curto e médio prazos que poderão ser assumidas no âmbito da gestão estadual. A Fipe mediou os cinco debates realizados nessa primeira rodada, registrando suas conclusões, resultados que vão complementar o levantamento de dados para apoiar as análises e outras atividades relacionadas aos estudos em curso.

Como subsídio aos debates, foi apresentado em todas as reuniões dos GTs o documento Panorama Regional, que incorpora dados, informações e mapas enviados por alguns municípios e pelos próprios órgãos setoriais do estado.

As reuniões foram organizadas conforme segue, no período de 08/09 a 22/09/2022, cujas memórias com o detalhamento dos debates estão incorporadas neste relatório.

GRUPOS DE TRABALHO SETORIAIS (GTs)

Data	Tema	Setores participantes
08/09/2022 10h às 12h	Transporte e Sistema Viário Regional	Secretaria de Logística e Transporte (SLT)
		Departamento de Estradas e Rodagens – Regional
08/09/2022 15h às 17h	Desenvolvimento Econômico	Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE)
		Secretaria de Turismo e Viagens (STV)
		Desenvolve São Paulo
09/09/2022 10h às 12h	Planejamento Territorial (Macrozoneamento)	Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente/Coordenadoria de Planejamento Ambiental (SIMA/CPLA)
		Subsecretaria de Saneamento
		Subsecretaria de Energia/Coordenadoria de Energias Renováveis e Elétrica
		Subsecretaria de Energia/Coordenação de Mineração
12/09/2022 11h às 13h	Planejamento Territorial (Macrozoneamento)	Companhia de Desenvolvimento Habitacional (CDH)
		Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp)
		Secretaria de Habitação- Programa Cidade Legal
22/09/2022 15h às 17h	Desenvolvimento Econômico (Agricultura)	Secretaria de Agricultura e Abastecimento (SAA) – SJRP

Principais temas abordados

O **GT de Transporte e Sistema Viário Regional**, reunido em 08/09/2022 pela manhã, contou com a presença de representantes da Secretaria de Logística e Transporte (SLT) e do Departamento de Estradas e Rodagens (DER) de São José do Rio Preto, e tratou de assuntos como: logística de carga da região e níveis de serviço das rodovias; concessões de rodovias previstas e sobre a perspectiva de implementação do contorno ferroviário ao sul da RM, da ferrovia operada pela Rumo. O aeroporto, já concedido (Socicam), deve investir, por força do contrato de concessão, R\$ 40 milhões em 30 anos.

A região conta com a hidrovia do Rio Tietê ao sul, indo até Piracicaba. Ao norte, o Rio Grande não é navegável pois precisa de eclusa.

O município de São José do Rio Preto tem conexão direta com 290 cidades do país e relação interestadual com 16 estados.

Em 2010, 11% da população ocupada da RMSJRP (49 mil trabalhadores) faziam pendularidade diária casa/trabalho.

O **GT de Desenvolvimento Econômico**, tema da segunda reunião, na tarde de 08/09/2022, contou com a participação da Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE), da Secretaria de Turismo e Viagens (STV) e da Desenvolve São Paulo para debater sobre o dinamismo econômico frente ao desenvolvimento urbano integrado, considerando a composição bem heterogênea de porte populacional dos municípios que integram a RM. Apenas oito municípios dos 37 têm mais de 20 mil habitantes.

As atividades ligadas ao agronegócio são predominantes na região. Os municípios de SJRP, Olímpia, Mirassol e Tanabi representam 75% do Produto Interno Bruto (PIB) regional, com estrutura produtiva concentrada nas culturas de cana-de-açúcar e laranja. No caso de Olímpia, verifica-se forte presença de serviços derivados do turismo, tendo o município sido credenciado, recentemente, como distrito turístico com o selo do Governo do Estado de São Paulo. Em SJRP a presença do setor de saúde com incorporação de inovações tecnológicas é bastante significativa.

Tema relevante, foram tratadas as dificuldades de mão de obra qualificada para atender o setor de serviços quer do turismo quer da saúde. E também a questão do turismo em Uchoa, Ibirá e Paulo de Faria, sob a perspectiva/potencial de investimento em praias de água doce. Outros temas debatidos foram: programa de polos de desenvolvimento; fomento ao desenvolvimento do agronegócio; Arranjos Produtivos Locais (APLs); capacitação de mão de obra pelo Sebrae versus oferta e demanda de emprego; apoio da Desenvolve SP às prefeituras municipais.

Do **GT de Planejamento Territorial (Macrozoneamento)**, em 09/09/2022, participaram: a Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (Sima), com representantes da Coordenadoria de Planejamento Ambiental (CPLA); a Subsecretaria de Saneamento; a Subsecretaria de Energia/Coordenadoria de Energias Renováveis e Elétrica e a Subsecretaria de Energia.

Os debates focaram, entre outros temas, em: infraestruturas de saneamento (água, esgoto e resíduos sólidos); energia, tendo em vista as alternativas sobre a geração distribuída de energia elétrica (considerando a capacidade do governo estadual de atuar na mudança da matriz energética usando fontes renováveis); a questão da sustentabilidade ambiental, com a discussão de uma macrozona de segurança hídrica e áreas de uso sustentável, incorporando as proposições do Zoneamento Econômico-Ecológico (ZEE). A pauta sobre a criticidade da segurança hídrica também entrou em discussão, cuja demanda do uso rural na UGRHI 15 é de 60%, e os problemas derivados de queimadas e emissões, que são relevantes e periódicos na região.

Na segunda rodada do **GT de Planejamento Territorial (Macrozoneamento)**, realizada em 12/09/2022, com a presença de representantes da Companhia de Desenvolvimento Habitacional (CDH) e do Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp), o foco foi a-regularização fundiária em área rural para usos urbanos, os programas oferecidos pelo Itesp em áreas urbanas e a demanda por dados, informações e mapeamentos, entre outros temas.

Com a Secretaria da Habitação/CDHU, os principais assuntos discutidos foram os convênios e os núcleos cadastrados no Programa Cidade Legal voltados para regularização fundiária.

Também foi colocada a necessidade de informações atualizadas sobre assentamentos subnormais para se pensar uma diretriz de enfrentamento visando a minimizar a vulnerabilidade territorial das populações desassistidas, principalmente diante dos últimos dados que demonstram o quanto a informalidade, a irregularidade e a precariedade estão presentes no processo de urbanização atual. Também se falou sobre o mapeamento de assentamentos precários; na demanda por habitação nas unidades regionais estudadas, dados, informações e mapeamento.

Com relação ao macrozoneamento, foi apresentada uma visão mais geral sobre a metodologia utilizada para produzir os mapas até chegar no mapa preliminar, por meio do levantamento da legislação urbanística e ambiental incidente no território que cause algum impacto. Esta proposta será apresentada às prefeituras e à sociedade civil. Antes, porém, foi enviada a cada município para

validação de pertinência e correção da leitura da legislação feita pela equipe Fipe, para posterior devolução com possíveis ajustes a serem feitos. Tanto as propostas dos grupos setoriais como os ajustes sugeridos pelos municípios serão incorporados na versão final do macrozoneamento, que será consolidada após as audiências públicas, a serem realizadas em novembro de 2022.

A reunião do **GT de Desenvolvimento Econômico (Agricultura)**, realizada em 22/09/2022, contou com a presença da Secretaria de Agricultura e Abastecimento (SAA) e representantes da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (Cati) de São José do Rio Preto, Olímpia, Catanduva e Irapuã. Os principais temas debatidos foram: agronegócio; realocação da produção agrícola (mudanças de culturas) e pecuária (área de pastagem); cobertura vegetal nativa; preço da terra rural; irrigação versus segurança hídrica e programa de microbacias.

Os debates que resultaram dos cinco GTs foram de grande importância para a equipe entender os processos de desenvolvimento econômico na sua dimensão regional, analisados a partir de recortes horizontais, transversais e verticais, com vistas a uma ação conjunta interativa entre os diversos instrumentos de políticas públicas.

A busca das vocações e potencialidades da RMSJRP permitiu identificar alguns programas que contribuem para assegurar o dinamismo regional com algumas falhas na integração de política pública geral e de estratégia de desenvolvimento dos planos de desenvolvimento, sejam em nível federal, estadual ou municipal. Os debates mostraram, ainda, a necessidade de embasar uma visão mais ampla na realidade local, nas percepções de potencialidades derivadas dessas observações locais, e necessidade de perceber, a partir da perspectiva regional, o que o governo estadual pode fazer no seu planejamento regional. Portanto, as várias secretarias, órgãos públicos e sociedade civil que colaboraram no processo participativo de construção do PDUI têm um papel muito importante na formação de consensos.

No processo de construção dos planos foi criado um banco de dados secundários pesquisados nos níveis municipal, estadual e federal, permitindo que em todos os debates do processo participativo fossem analisados os mapeamentos georreferenciados, os sistemas de informações e a base de dados utilizados pela equipe da Fipe, e posteriormente enriquecidos com outros dados e informações disponibilizados pelos municípios e órgãos setoriais participantes dos GTs. Tudo isso permitiu a elaboração de insumos técnicos cartográficos e estatísticos para fundamentação das discussões e para subsidiar a produção de mapas-sínteses.

Vale ressaltar que em todas as fases do projeto o levantamento e a coleta dos contatos de prefeitos, secretarias, diretorias, coordenadorias, conselhos e outros órgãos públicos, além de entidades ou pessoas físicas da sociedade civil, tiveram continuidade, visando à atualização do *mailing list* para envio de convites e contatos.

A seguir, são apresentadas as memórias das respectivas reuniões dos GTs com o setorial do estado.

GT TRANSPORTE E SISTEMA VIÁRIO REGIONAL

08/09/2022 – 10h às 12h

GT DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Data: 08/09/2022 – 15h às 17h

GT PLANEJAMENTO TERRITORIAL (MACROZONEAMENTO)

09/09/2022 – 10h às 12h

GT PLANEJAMENTO TERRITORIAL (MACROZONEAMENTO)

Data: 12/09/2022 – 11h às 13h

GT DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (AGRICULTURA)

Data: 22/09/2022 – 15h às 17h

GT TRANSPORTE E SISTEMA VIÁRIO REGIONAL

Data: 08/09/2022 – 10h às 12h

Participantes:

Secretaria de Logística e Transporte (SLT) – José Aguirre Neto

Departamento de Estradas de Rodagem (DER) São José do Rio Preto – Everton Grigoletto

Fipe:

Marta Dora Grostein

Rovena Negreiros

Marcos Campagnone

Marlon Longo

Maria Lúcia Camargo

Geni A. Toffoli

Herlan Alcântara

Fabiana Coelho

Oziel Carneiro

Rafael Costa

Roberta Fontan

Carolina Braga

Sarah Rolindo

Abertura:

Rovena Negreiros – Fipe se apresentou dizendo que coordena a parte técnica do PDUI da RM de São José do Rio Preto, junto com Marlon Longo e Marta Grostein. Disse que nesta etapa do processo de elaboração do PDUI a equipe faz uma rodada de discussões com os setoriais do estado, em parte para completar o entendimento sobre as questões de transporte e logística da região, como também para apresentar a leitura realizada pela equipe técnica desses aspectos, para que as propostas nesse segmento de conectividade e logística do PDUI estejam alinhadas com os setores do governo do estado, que têm competência para formular a política pública setorial. Disse que esta é uma região muito importante do ponto de vista do agronegócio, que possui hidrovias, rodovias importantes e um aeroporto em São José, com presença importante de hub na porção oeste do Estado de São Paulo, que são estes alguns aspectos que a equipe quer discutir. Disse, ainda, que está acompanhada de Marta Grostein, coordenadora executiva do contrato entre a Fipe e a SDR, de Marlon Longo, urbanista, que coordena a equipe técnica, composta por Rafael, Maria Lúcia, Roberta, Fabiana, Herlan Alcântara, Felipe, duas estagiárias, Ana Carolina, que é de economia, e Sarah, de urbanismo.

Marta Grostein – Fipe agradeceu, em nome da organização geral do trabalho, a boa vontade e a participação de todos e passou a palavra a Marlon Longo.

Marlon Longo – Fipe cumprimentou os presentes, mas, antes de iniciar as apresentações, fez uma breve contextualização, dizendo que a lei de criação da região metropolitana de São José do Rio Preto, aprovada em 2021, envolve 37 municípios, tendo São José do Rio Preto como polo. Informou que, por lei, existe a obrigatoriedade de desenvolver o plano de desenvolvimento urbano

integrado, que se constitui como o plano urbanístico de região metropolitana, englobando esses 37 municípios. Disse que, a partir da aprovação desse plano, por lei estadual, os municípios têm que rever seus planos diretores, alinhar suas diretrizes às diretrizes do plano regional. Apresentou o mapa da região, em que São José do Rio Preto encontra-se no centro. A região possui uma população de pouco menos de um milhão de habitantes, e está localizada no extremo noroeste do estado de São Paulo. Disse, ainda, que a Fipe acabou de desenvolver, de agosto do ano passado até o momento, cinco PDUIs para as unidades regionais do Estado, como Franca, Ribeirão Preto, Piracicaba, Jundiaí, Vale do Paraíba e Litoral Norte, as quais foram objeto de estudo. O grupo técnico participou de algumas reuniões semelhantes, e que agora estão trabalhando na unidade de São José do Rio Preto. Passou a palavra para **Herlan Alcântara** para que iniciasse a apresentação específica sobre o diagnóstico da região, no que diz respeito ao transporte, mobilidade e logística para, ao final, colocarem as perguntas norteadoras.

Herlan Alcântara – Fipe cumprimentou a todos e iniciou a apresentação, a qual estará disponível para os representantes da SLT e DER.

Durante a apresentação, **Rovena Negreiros**, referindo-se a Bady Bassit, colocou que, no slide anterior, este município é apontado como “sem transporte intermunicipal”.

Herlan Alcântara – Fipe respondeu que Bady Bassitt tem transporte intermunicipal, que, pelos dados da Pesquisa Munic (IBGE), o município tem transporte intermunicipal.

Após a apresentação, **Herlan Alcântara** colocou as perguntas norteadoras a seguir:

- 1) Se existe, atualmente, algum nível de planejamento ou funcionamento integrado do transporte intermunicipal entre SJRP e municípios limítrofes, como Bady Bassit, Ipiranga, Mirassol, Uchôa, Cedral.
- 2) Se, além do projeto do Contorno Ferroviário da Rumo, existe alguma necessidade de investimento prioritário em transporte e logística sendo demandada pela região, como duplicação ou criação de rodovia

Rovena Negreiros – Fipe disse que gostaria de ouvir de **Everton Grigoletto – DER** se a análise feita pela equipe Fipe sobre logística e mobilidade na região se alinha com o que ele conhece sobre a região e, sobre as duas perguntas colocadas por Herlan Alcântara, como estão as demandas para o governo do estado, apesar de haver muitas estradas concedidas, há estradas importantes que estão sob domínio do DER, na questão de articulação, que não radial, mas concêntrica, entre esses municípios que, aparentemente, se caracterizam como subpolos, como José Bonifácio, Nova Granada, Tanabi. Sobre a questão, perguntou qual a possibilidade de fazer uma articulação mais concêntrica, sob o ponto de vista de estradas, para fortalecer essas subcentralidades e, com isso, desafogar a demanda de serviços de São José do Rio Preto, que percebeu-se ter primazia como polo da região.

Disse que sua pergunta é sobre os municípios que se constituem como subcentros (que para a equipe são Nova Granada, Tanabi e José Bonifácio), pois essa perspectiva mais concêntrica teria o papel de minimizar os impactos de demanda de serviços em São José do Rio Preto. Pergunta, ainda, se o governo do estado está acompanhando essa provável desativação do ramal da Rumo nesse contorno ferroviário para algum uso, ou, ainda, se não há algum estudo, ou se está deixando a decisão do que fazer com este leito férreo, que será desativado em função do contorno, a cargo

do governo federal, visto ser esta uma concessão federal. Disse ser uma questão importante, pois se é para liberar o impacto da área urbana, pode ser apropriado pelos municípios ou pelo governo do estado em uma articulação de proposição metropolitana, de um eixo de transporte urbano, que não necessariamente pode ser trem, mas de aproveitamento do leito com um BRT, porque imagina não ter demanda para a população de passageiros nesse local para modalidade trem urbano.

Perguntou se alguém mais da equipe teria alguma questão a ser colocada para o DER.

Everton Grigoletto – DER disse que preferia que as perguntas fossem feitas por partes e que, nas próximas reuniões, seria interessante convidar mais duas regionais do DER, pois Icém, Orindiúva, Paulo de Faria e Olímpia e Severínia pertencem ao DER 14, que é de Barretos, e por este motivo não tem informações sobre projetos e alguns assuntos específicos. Completou dizendo que, na parte mais ao sul, Ubarana, José Bonifácio, Planalto e Zacarias pertencem ao DER 11, que é Araçatuba. Disse que tem algumas notícias sobre projetos, outras seria necessário falar com o Juca (José Aguirre) ou com o próprio secretário. Disse que, na nova concessão, no novo modelo, até onde conhecem, se refere aos trechos da Triângulo do Sol e o trecho da TEBE. O trecho da Triângulo do Sol que vai até Mirassol, está prevista na concessão uma terceira faixa entre Cedral e Mirassol, passando por Rio Preto, e mais um dispositivo no entroncamento da BR-153 com a 310 - Washington Luís, visto que o fluxo de veículos de Mirassol para Rio Preto nos horários de pico é muito intenso, daí a previsão de uma faixa adicional na rodovia Feliciano Sales Cunha, porque, de Mirassol até o DER 11, na divisa com Mato Grosso, tem a 310 também, ela tem um VDM 11 (Volume Diário Médio), uma quantidade de veículos muito alta, mais ou menos de Mirassol até Rio Preto, do trecho de Monte Aprazível até Mirassol e, conseqüentemente, até Rio Preto pela 310, denominada Washington Luís ou Feliciano, o fluxo é bem intenso também. O DER fez uma obra de melhorias nesse trecho, de terceiras faixas, o que aliviou, mas não resolveu o problema. Disse que o ideal seria duplicar pelo menos neste trecho de Monte Aprazível até Mirassol, principalmente nesse trecho que pertence ao DER – Mirassol-Monte Aprazível –, e o que pertence à concessionária deve estar previsto na concessão. Mirassol-Rio Preto e Cedral-Rio Preto está previsto, pelo que tem de informação, uma terceira faixa na nova concessão, não devido a aclave, o que normalmente é utilizado pelo DER, mas sim para minimizar o fluxo de veículos ou de congestionamentos. Como será feito, não se sabe, falam em uma via expressa, analogamente à Marginal Tietê de São Paulo, em que se tem uma rodovia expressa, uma intermediária e as marginais existentes, seria então criada uma faixa no meio, pelo que ouviu, há projeto.

Herlan Alcântara – Fipe, em relação à questão colocada por Everton Grigoletto – DER, disse que, atualmente, é a Feliciano Salles da Cunha, administrado pelo DER, e perguntou se é um projeto de futuro, breve concessão.

Everton Grigoletto – DER respondeu que não.

Rovena Negreiros – Fipe perguntou se essa nova concessão mencionada por **Everton Grigoletto – DER** é da Euclides da Cunha.

Everton Grigoletto – DER respondeu que não. Quando se fala em concessão, se fala em pedágio. Explicou que existia um programa do governo estadual de fazer uma concessão, Noroeste 1 e Noroeste 2, em que nesta segunda (Noroeste 2) entraria a Euclides da Cunha, que é a 320, e a Feliciano que é a 310, até a barranca do rio, e outras rodovias, a 461, que até onde sabe, não foi adiante devido à pressão contra os pedágios. Disse que teve promessa de governo, de política aqui

na região, de que não seria feita essa concessão denominada Noroeste 1 e Noroeste 2, e sim, seria feita uma concessão juntando a Triângulo do Sol, que vem de São Carlos até Mirassol, e a TEBE, que é uma outra concessionária, que pega mais a região de Barretos, não tem muita influência em nossa região. Havia também uma conversa de entrar a SP-425, Assis Chateaubriand, e que a esse respeito disse não ter informações, mas a Noroeste 1 e 2, ou mesmo se entrar a SP-425, existe um projeto de duplicação de Guapiaçu, trecho do DER, de Rio Preto até Olímpia, passando por Olímpia até Guaíra, duplicar até passando de Olímpia, mas que não sabe se é até Guaíra, pois já é outra regional, a DER 14. Disse, ainda, que terão uma situação de obras na região sob o ponto de vista rodoviário, e o que está em 'moda' agora é o contorno de Rio Preto. Disse que a informação que tem é que está sendo contratado pela sede do DER em São Paulo, pela Diretoria de Engenharia, um estudo sobre o anel viário de Rio Preto, demanda da região, mas disse não saber por onde vai passar, que tem um traçado feito pela prefeitura, mas não é algo estudado, não é algo oficial, que esse estudo está em contratação, mas que não sabe dizer em que estágio se encontra essa contratação. Disse que o Contorno Norte e Sul – um rodoanel – unindo, logicamente, todas as regiões, todas as rodovias que circundam Rio Preto.

Sobre esse desvio da ferrovia, informou que tiveram audiências públicas na região, que o estudo preliminar foi feito em 2017 pelo governo federal, talvez pelo DNIT, e o que ficou mais favorável foi o Contorno Sul dessa região, que sairia próximo ao cruzamento com a 425, cruzaria próximo a Feliciano. Disse que estão fazendo sondagens onde seria o traçado, que já nasce complicado, pois, de 2017 para 2022, ele já está pegando alguns loteamentos que foram crescendo, um deles foi reservada área, e disse não saber se vai sair por ali. Ele deriva um pouco para baixo da 320.

Sobre a questão de uso com o BRT ou passar para o município, disse ser uma questão futura, pois o grande problema é que ele cruza várias ruas, e o cruzamento com rodovia não tem problema porque tem viadutos, mas com município é em nível, com exceção de Rio Preto. Os outros municípios da região ele cruza em nível, há também dois viadutos em Mirassol, mas o grande problema é esse cruzamento em nível com algumas ruas e avenidas da região que circunda Rio Preto. Disse que poderia ser utilizado para a parte urbana, pois o maior problema hoje é o transporte de carga, o transporte de combustível e de produtos agrícolas, o que causa alguns conflitos em relação a acidentes, não muito comum, mas acontecem.

Rovena Negreiros – Fipe perguntou se essa concessão Noroeste 2, que teria a possibilidade de ter projeto de duplicação da Assis Chateaubriand, é em direção à Olímpia, pois há uma discussão colocada pela prefeitura de Olímpia em São José do Rio Preto, em uma reunião de prefeitos, de que Olímpia estaria pleiteando ampliar a pista de pouso do aeroporto para aumentar a demanda nacional para os parques aquáticos situados nessa cidade. Disse achar que a duplicação dessa rodovia com o aeroporto de São José do Rio Preto já é suficiente para aumentar a capacidade, pois pensa que será pouco provável licenciar um aeroporto para concorrer com o de São José do Rio Preto, que já é hub. Disse pensar que a pressão virá para essa duplicação da Assis Chateaubriand, que, de fato, Olímpia tem um polo turístico relevante, não só do ponto de vista do estado, mas que pode aumentar sua relevância do ponto de vista nacional, se o acesso a Olímpia se amplia via rodovia, contando com a retaguarda do aeroporto de São José do Rio Preto. Disse não saber se houve uma conversa da prefeitura de Olímpia com o DER sobre a perspectiva da inclusão da SP-425 em direção a este município para a duplicação, porque isso faz mais sentido do que aumentar a capacidade do aeroporto de Olímpia.

Everton Grigoletto – DER concordou que seria um contrassenso, dado que o aeroporto de São José do Rio Preto acabou de ser concedido e o aumento de capacidade do aeroporto de Olímpia parece não fazer sentido. Sob o ponto de vista de transporte rodoviário, a duplicação seria interessante, o percurso é curto, falta pouca coisa para duplicar, não é uma obra complicada para o DER. Disse que também é interessante, pois, no caso de Olímpia, há uma outra ligação, a de Catiguá, que está fora da região metropolitana, que tem um fluxo grande de veículo de quem vem pela Washington Luís, entra em Catiguá, Tabapuã, com uma vicinal até Olímpia, cujo fluxo é interessante também. Segundo o prefeito, tem um fluxo bom de veículos, mas o DER não tem projeto para esse local. Disse não saber se há concessão da duplicação da 425, que hoje ela é DER. Disse que houve chiadeira na audiência pública no momento da conversa sobre esse Noroeste 1, que entraria a 425, a Triângulo do Sol e TEBE, e que não sabe se o assunto voltou via governo, tampouco tem informação de Olímpia, pois pertence ao DER de Barretos, e que pelo DER não há projeto de duplicação, que teria que ser licitado, contratado ou entrar em futura concessão.

Rovena Negreiros – Fipe perguntou se pode colocar como diretriz regional para a região metropolitana aumentar a capacidade da Assis Chateaubriand, considerando que Olímpia é um polo turístico, e este plano que está sendo elaborado é um plano para 10 anos, momento em que deverá ser revisto. Disse que, para melhorar as articulações internas e para reforço da centralidade, a gente tem que dar algumas direções do ponto de vista rodoviário ou de logística, algumas possíveis articulações. Colocou que Everton Grigoletto – DER disse que Catiguá tem um VDM em direção a Olímpia, que parece alto, mas que ela está sujeita à estrada vicinal, e que sabem que estrada vicinal tem um problema em que os municípios, nem todos, mantêm, que é a função deles, e que sobra para o governo do estado, o qual, de tempos em tempos, tem que provisionar no orçamento o Programa Estrada Vicinal. Assim, perguntou se, ainda que essa bifurcação a partir de Catiguá para Olímpia pudesse ser interessante, ela poderia estar no pacote dessa nova concessão Noroeste 1, fazendo a articulação da Washington Luís para além da Assis Chateaubriand como diretriz.

Everton Grigoletto – DER respondeu que, como concessão, disse que não sabe. Como diretriz teria que estadualizar o trecho de Catiguá a Olímpia. Quanto à duplicação da SP-425 – Assis Chateaubriand até Olímpia –, disse que é uma situação que tem que ser feita, ou pela concessionária se entrar no Noroeste 1, ou o próprio estado, no caso do DER, é uma condição *sine qua non* para o desenvolvimento da região e também a duplicação de Monte Aprazível até Rio Preto. Essas duas rodovias são importantes regionalmente. Há outros pequenos gargalos que se resolvem com pequenas obras localizadas, mas esse eixo, de Monte até Olímpia, Monte Aprazível, Mirassol e o Guapiaçu Olímpia seria uma tendência de duplicação, mas não sabe por quem.

Rovena Negreiros – Fipe colocou a questão das articulações, como de Monte Aprazível-Tanabi-Nova Granada e Monte Aprazível-José Bonifácio, no mapa apresentado, existem marcações em vermelho que são rodovias de pista simples e perguntou se elas são estaduais ou municipais.

Everton Grigoletto – DER respondeu que Tanabi-Mirassol, olhando para a parte superior no mapa (apresentado), vem de Votuporanga, Cosmorama, Tanabi, Mirassol, é a 320, que está duplicada, não tem congestionamento, é tranquila. Já na parte de baixo, José Bonifácio, que pertence ao DER 11, disse não ter informações sobre ela. Disse que é pista simples até Penápolis, e também 425. No mapa, olhando para o lado direito, está a BR, federal. Disse não perceber a situação colocada pela equipe, que pode ser alguma situação de transporte intermunicipal, mas não rodoviário.

Rovena Negreiros – Fipe disse que a pergunta é relativa a Tanabi a Monte Aprazível e Monte Aprazível a José Bonifácio, se é pista simples e estadual ou municipal.

Everton Grigoletto – DER respondeu que de Tanabi até Monte Aprazível é estadual – SP-377 do DER – pista simples, não tem acostamento pavimentado. De Monte Aprazível para José Bonifácio é uma vicinal.

Herlan Alcântara – Fipe disse que até Nipoã é estadual, mas que depois de Nipoã a José Bonifácio é vicinal.

Everton Grigoletto – DER disse que de Monte Aprazível, tem 3 km municipal, de Monte até Nipoã é uma SP, uma SPA do DER (SPA = codificação do DER, que significa um acesso), é uma rodovia que tem um trânsito relativamente alto de caminhões de cana, devido a uma usina em Nipoã. Disse que é uma rodovia de pista simples, não tem acostamento, mas não sabe dizer se tem um movimento de Nipoã a José Bonifácio, pois, ninguém vai sair de José Bonifácio para Nipoã e de Nipoã para José Bonifácio, porque Nipoã é um ninho, pode ter um movimento, não sabe se considerável, pensa que não, de Nipoã para Monte, mas que também não vê. Disse ser estadual, mas que não tem VDM alto.

Herlan Alcântara – Fipe comentou que faz um semianel Tanabi-José Bonifácio.

Rovena Negreiros – Fipe perguntou de Tanabi para Nova Granada.

Everton Grigoletto – DER respondeu que de Nova Granada também não tem notícia de movimento.

Rovena Negreiros – Fipe perguntou sobre a estrada acima.

Everton Grigoletto – DER respondeu que é a 423, de Orindiúva para Paulo de Faria, cujo movimento é insignificante.

Rovena Negreiros – Fipe perguntou se a articulação Tanabi-Nova Granada não tem demanda.

Everton Grigoletto – DER respondeu que não, que ela é servida por vicinais, que inclusive o DER está pavimentando algumas vicinais, Iporanga... Disse que tem um mapa rodoviário em PDF e pode enviar para a equipe.

Marlon Longo – Fipe perguntou a Everton Grigoletto se, além desse aumento de capacidade desses eixos que já são radiais, que têm conexões importantes, tinham dois projetos, que entende que já havia uma tentativa de se fazer uma conexão em outros sentidos: primeiro, oanel viário comentado, que está em início de contratação de estudos, ele vai ficar restrito ao município de São José do Rio Preto, ou ele vai ter alguma perspectiva de passar entre os demais municípios. A segunda questão diz respeito ao estudo de anos atrás de aproveitamento desse leito ferroviário existente, que estava pensando em um possível deslocamento da ferrovia e usar o leito existente entre Mirassol e Uchoa para a implantação de um modal de transporte de passageiro, que é bem esse trecho em que (Everton Grigoletto) comenta da necessidade de duplicação da rodovia e que tem um fluxo intenso. Disse que a equipe não aprofundou esse diagnóstico com o município e que foi feito um estudo de demanda há mais de 10 anos, que, na época, não identificaram demanda suficiente para bancar um modal específico entre os municípios. Perguntou se Everton Grigoletto teve conhecimento desse estudo.

Everton Grigoletto – DER respondeu que, sobre a ferrovia, não tem conhecimento, primeiro porque é federal, foi concedida há muito tempo, era da Rumo. Sobre o estudo, disse que nunca ouviu, que

só comentou porque houve essa possibilidade. Sobre o rodoanel de Rio Preto, disse ter um esboço de onde seria, mas que, basicamente, circunda Rio Preto, vai pegar alguns municípios, porque Mirassol está colado aqui, a conurbação em alguns pontos, é uma rua que divide os municípios, e onde ele vai passar depende muito do estudo inicial, porque existem muitas cidades, muitos loteamentos, Rio Preto expande bem essa parte de condomínios horizontais, e quem conhece Rio Preto pensa que é a capital do condomínio horizontal. Disse que vai pegar alguns outros locais, principalmente a parte, olhando mais ao norte, Ipiguá, os loteamentos já chegaram próximo a esse município, onde se tem um condomínio com nome Damha Ipiguá, que está na divisa entre os dois municípios.

Rovena Negreiros – Fipe colocou que, sobre o estudo mencionado por Marlon, disse imaginar que ele está observando que o município de Rio Preto tenta, por meio da sua legislação urbanística, fazer uma contenção do crescimento urbano ao sul e perguntou a Marlon e Rafael se é isso mesmo que depreendeu da leitura que fizeram do território. Que esse contorno pode ser um indutor de ocupação ali ao sul, e a legislação urbanística vai no sentido contrário, de contenção dessa urbanização. Disse, ainda, que para ele ser um rodoanel regional deveria estar passando mais por Mirassol, Bady Bassit e Cedral. Pois aí sim, eles fazem um adensamento metropolitano para o conjunto desses municípios do que ele ser um contorno necessariamente para o município de São José do Rio Preto, e o que vai acontecer é que, com esse rodoanel, mais condomínios serão licenciados ali na beira, e vai ficar um buraco pela legislação em São José do Rio Preto, ao sul, criando ali uma certa área de pressão ao sul de São José, em direção a Bady Bassit. Coloca que não sabe se fez a leitura correta, mas que é bom que o DER, ao fazer essa análise, considere a questão do regramento urbano desses municípios, pois, uma coisa é o projeto de engenharia de tráfego, e outra coisa é a questão da dinâmica urbana, que é preciso estar casada.

Everton Grigoletto – DER disse que certamente terá que passar depois de Mirassol, porque pela SP-310, praticamente, os dois municípios se uniram, que não vê algum espaço no local para passar com um contorno. Disse que vê um crescimento, tanto para o lado de Guapiaçu, como para Ipiguá e para a região de Mirassol. A região sul em Rio Preto, em direção a Bady a expansão urbana não está tão forte, o norte e o leste, acha que estão maiores. Disse que ao se contratar essa empresa, inclusive, vai precisar conhecer os estudos da equipe Fipe. Disse que será uma situação de difícil compatibilização, principalmente em cruzar em Mirassol-Rio Preto, pois ali é muito conurbado, não tem mais espaço.

Rovena Negreiros – Fipe colocou que o único leito viário possível é a desativação da estrada de ferro, como este viário importante.

Everton Grigoletto – DER disse que poderia, porque já existe o viaduto ali, inclusive feito pelo DER, na duplicação da SP-310 e Euclides da Cunha.

Marlon Longo – Fipe perguntou se Everton Grigoletto tem conhecimento de algum tipo de estudo pelo estado sobre essa articulação logística entre hidrovía, rodovia, principalmente.

Everton Grigoletto – DER disse que, como havia comentado, aqueles municípios que estão abaixo pertencem à DER 11, que é a hidrovía Tietê Paraná, e que o único que pega a sua divisão regional 9 é Adolfo, em Sales, e que desconhece assuntos da hidrovía e sobre o Rio Grande também desconhece qualquer estudo do governo sobre essa hidrovía. Disse que Rio Grande é complicado, na época de seca ele sofre muito, e a parte de baixo da Hidrovía Tietê-Paraná é navegável, tanto que

ele funciona hoje, mas não sabe como é o movimento de carga, não há nenhum terminal aqui. Disse que havia um projeto de se fazer um terminal na ponte rodoferroviária, e nessa ocasião existia um projeto do governo federal para fazer um terminal intermodal, inclusive a área foi desapropriada, mas não foi para frente por um conflito de propriedade.

Herlan Alcântara – Fipe perguntou onde se localizaria essa ponte rodoferroviária.

Everton Grigoletto – DER respondeu que ela está fora da região. A ferrovia que vem do Mato Grosso e tem a interligação da Ferronorte está chegando ali. Disse que só conhece esse terminal, que não tem notícia de outro.

Maria Lúcia – Fipe perguntou se há algum projeto de etanolduto com algum ramal, como o da Logum, em direção à região para escoamento do etanol.

Everton Grigoletto – DER disse não ter conhecimento, pois foge do âmbito rodoviário da regional, que não há nenhum pedido, porque se for passar ou cruzar a rodovia, forçosamente, deve passar pelo DER.

Rovena Negreiros – Fipe perguntou se existe muita demanda por parte das usinas para o DER com relação aos diferentes portes de rodovia, porque tem muita usina de açúcar e álcool nessa região.

Everton Grigoletto – DER respondeu que o conflito com as usinas é constante, devido ao excesso de caminhões, pois as rodovias são projetadas para uma tonelagem e muitos caminhões carregam o dobro, ou próximo a isso. Disse que a demanda é mais por solicitação de autorização desses caminhões, que são treminhões, até de 11 eixos. Disse que existe uma regulamentação que em rodovias que não têm acostamento ou que o aclave é muito acentuado o DER não autoriza.

Rovena Negreiros – Fipe perguntou se esses veículos de capacidade maior de carga permitida pela rodovia pagam por isso.

Everton Grigoletto – DER respondeu que não pagam, eles fogem. Disse que a malha municipal aqui é bem grande, o que torna a detecção difícil. Disse que existem balanças fixas, mas não estão na região metropolitana. Nesta região existem quatro balanças móveis, mas mesmo assim é de difícil detecção.

Rovena Negreiros – Fipe perguntou se eles não fazem demandas explícitas, eles simplesmente aumentam a capacidade de tonelagem e passam nas vias que eles acham que podem passar.

Everton Grigoletto – DER respondeu que não, que na realidade o DER não permite em algumas vias, ou permite em horários específicos, como, por exemplo, em Monte-Nipoã, que não tem acostamento, não é permitido transportar das 20h à meia-noite, que chamam de 'horário de estudante', em que só pode rodar caminhão com 50 toneladas, ou em algumas vias em que não são autorizados no horário noturno, e a fiscalização é feita pela Polícia Rodoviária, que a fiscalização do DER é só nos casos de peso, de capacidade de carga, e quando os caminhões passam pelas balanças. Disse que antigamente tinha mais demandas.

Marcos Campagnone – Fipe perguntou sobre o funcionamento do transporte intermunicipal nessa região que agrega 37 municípios, e que esta foi uma demanda recorrente nas demais regiões.

Everton Grigoletto – DER respondeu que o transporte intermunicipal é gerenciado pela Artesp e o DER não tem informações sobre esse tema.

Rovena Negreiros – Fipe respondeu a Marcos que, no trabalho da equipe, estão mapeados os locais da região onde existe o transporte intermunicipal, e algumas medidas de fluxos dadas pelo governo federal ou pelo IBGE. Informou a Marcos que, do ponto de vista do panorama, etapa atual do projeto, a equipe está tirando algumas dúvidas sobre as informações levantadas e que todos os dados sobre transporte estão mapeados pela equipe.

Marcos Campagnone – Fipe colocou que a pergunta foi no sentido de verificar se ocorre o mesmo que nas outras regiões para a criação de políticas públicas por parte do governo do estado.

Herlan Alcântara – Fipe perguntou a Rovena Negreiros se há uma unidade regional da Artesp em São José do Rio Preto.

Rovena Negreiros – Fipe respondeu que Aguirre pode responder.

Não havendo mais questões a serem colocadas para os representantes setoriais, Rovena Negreiros agradeceu a Everton Grigoletto a disponibilidade, disse que verá com Aguirre a possibilidade de conversar com o DER 11 e 14. Convidou Everton Grigoletto para a conversa com os colegas de regional. Informou que haverá mais uma rodada com os setoriais em novembro para o alinhamento das diretrizes do PDUI com a política de transporte e logística da secretaria. Disse que essa conversa prévia teve como objetivo saber quais são os planos, os estudos, as proposições de investimento, e a próxima para verificar se as diretrizes de fato estão em linha com aquilo que a política setorial do governo do estado está sendo vislumbrada para que não haja contradições.

Encaminhamentos:

Fipe:

Fazer contato com o DER 11 e 14, Carlão e Miguel, respectivamente.

DER – Everton Grigoletto:

Compartilhar com a equipe Fipe o PDF do mapa rodoviário mencionado durante a reunião.

GT DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Data: 08/09/2022 – 15h às 17h

Participantes:

Secretaria de Turismo: Vanilson Fickert

Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE): Adriana Tedesco

Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE): Fátima Araújo

Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE): Margarete Leal

Desenvolve SP: Mauro Miranda

Fipe:

Rovena Negreiros

Carolina Braga

Maria Lúcia Camargo

Marlon Longo

Rafael Costa

Geni A. Toffoli

Roberta Fontan

Sarah Rolindo

Oziel Carneiro

Abertura:

Rovena Negreiros – Fipe cumprimentou a todos, agradeceu a presença de Adriana Tedesco, Fátima Araújo, Vanilson Fickert e Mauro Miranda por acompanharem a reunião. Disse que a temática é desenvolvimento econômico e que, nesta ocasião, estão trabalhando com a Região Metropolitana de São José do Rio Preto. Informou que está acompanhada pelo arquiteto Marlon Longo, que coordena a parte técnica do grupo, pela economista Maria Lúcia, que coordena a parte da dinâmica econômica, Fabiana, Rafael, Roberta e Sarah, Herlan Alcântara, Felipe e Oziel. Perguntou a Marlon se gostaria de fazer alguma introdução ou se já poderiam passar a palavra para Maria Lúcia para que fizesse a apresentação.

Marlon Longo – Fipe respondeu que iniciaria pela contextualização da região e que, na sequência, passaria a palavra a Maria Lúcia.

Iniciou dizendo que este trabalho faz parte da Região Metropolitana de São José do Rio Preto, que foi aprovada por lei no ano passado, 2021, e que, por determinação de lei federal, toda região metropolitana deve ter um plano regional chamado Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI), que a Fipe tem participado da elaboração dos PDUIs das outras unidades regionais do estado, como Franca, Ribeirão Preto, Piracicaba, Jundiaí e Vale do Paraíba e Litoral Norte, os quais iniciaram em agosto de 2021 e foram finalizados em agosto deste ano de 2022. Disse que esta região está localizada no noroeste do Estado de São Paulo, é composta por 37 municípios, sendo São José do Rio Preto o município-polo, com pouco menos de 1 milhão de habitantes. Disse que boa parte dos municípios que compõem esta região são muito pequenos, com menos de 20 mil habitantes, e somente oito municípios possuem mais de 20 mil habitantes. Informou que o processo de elaboração desse PDUI tem duração até dezembro, que já fizeram o diagnóstico em

várias frentes, como o aspecto econômico, aspectos ambientais, dentre outros, e a partir de agora iniciam a coleta de informações no âmbito estadual e municipal, a fim de consolidar a próxima etapa de propostas ao plano. Disse que, ao final do período, em dezembro, iniciam a elaboração da minuta do projeto de Lei, acompanhada do caderno com as diretrizes para a região metropolitana em questão, que serão enviados ao poder executivo, com a expectativa de futura aprovação pela Assembleia Legislativa.

Finalizou a contextualização da região e passou a palavra a Maria Lúcia para a apresentação da dinâmica econômica da região de São José do Rio Preto.

Após as apresentações, **Maria Lúcia** colocou seus comentários e as perguntas norteadoras.

Maria Lúcia Camargo – Fipe iniciou dizendo que perceberam que a região tem uma estrutura produtiva diversificada, mas que está bastante concentrada na cana-de-açúcar e, conseqüentemente, os municípios permanecem vulneráveis às oscilações de mercado desse único produto. Por exemplo, se uma usina fecha ou rompe o funcionamento por algum motivo, traz um problema grave para as economias locais e uma dependência grande dos preços das commodities. A Secretaria de Desenvolvimento Econômico tem um programa de polos de desenvolvimento e de Arranjos Produtivos Locais (APLs), e existe um APL de TIC já consolidado na RM, além dos APLs de joias e de saúde, que ainda não estão em fase de consolidação. Como polo de desenvolvimento, foi destacado o segmento de biocombustíveis para a região. Diante do exposto, perguntou quais políticas estão sendo pensadas em relação ao setor de TICs, de joias e de saúde-farma, que são setores que despontam na região com maior potencial.

Outra questão colocada diz respeito ao setor de biocombustíveis, se há alguma política dirigida para o etanol de segunda geração, ao “plástico-verde”, que seria uma nova fronteira de desenvolvimento.

Sobre a questão da indústria moveleira, disse que é perceptível que o setor perde o dinamismo nos últimos anos, é um setor que emprega muita gente, e perguntou se existe algum estudo desse setor, se há alguma falha na cadeia produtiva, ou alguma diretriz que seja possível trazer para o PDUI, a fim de impulsionar esse setor.

Em relação ao parque tecnológico, perguntou como os órgãos aqui representados vêm apoiando essas ações e como enxergam o desenvolvimento na região. Sobre o setor do turismo, mencionou Olímpia, e lhe parece que apenas três municípios possuem o selo de distrito turístico no Estado de São Paulo. Disse ter ficado em dúvida sobre as estâncias e municípios turísticos que já tinham anteriormente. Perguntou quais são as políticas de crédito tributárias de fomento ao investimento que estão sendo colocadas para esse distrito turístico que, pelo que pode perceber, seria algo um pouco mais dirigido para aqueles municípios ou aquelas áreas com grande potencial turístico.

Uma outra questão refere-se ao problema de mão de obra em Olímpia, tema relatado pelo prefeito deste município, em reunião do Conselho de Desenvolvimento. Colocou que, na ocasião, o prefeito citou que o município faz feirão de mão de obra, devido à grande dificuldade de contratação de mão de obra para a região, seja pela falta de especialização, seja porque não há vontade de trabalhar nos finais de semana. Olímpia tem um problema em que as pessoas vão para o parque aquático, permanecem apenas um dia, porque não encontram outras atividades para que permaneçam mais tempo na região. Assim, o município está imbuído em criar outras atrações, além do parque

aquático Thermas dos Laranjais, para reter o turista por dois ou três dias. Perguntou, ainda, se o turismo enxerga algum potencial para as praias de água doce na região, e se há a possibilidade de pensar uma política de apoio ao segmento de turismo.

Rovena Negreiros – Fipe, dirigindo-se à Desenvolve SP, lembrou que, quando a equipe Fipe fez a prospecção da estrutura produtiva com vistas ao comércio exterior, o segmento moveleiro se dirigia para a América Latina, que havia movimentos direto para a Ásia, outros para o mundo árabe. Disse que se impressionou com a forma como cada atividade se dirige no comércio exterior para determinadas áreas no mundo, e que esse é um segmento que está perdendo dinamismo. Colocou que, se este é um setor com estrutura industrial, que tem pauta de exportação, o que está levando a essa perda de dinamismo, e se a Desenvolve SP tem programas para adensar ou alavancar esse setor para não entrar em crise.

Maria Lúcia Camargo – FIPE explicou que é um segmento de móveis de baixa qualidade e que, em sua avaliação, seria necessário um processo de capacitação, de design para agregar valor ao produto. Há uma competição grande no mercado e o setor não apresenta uma diferenciação em termos de produto.

Rovena Negreiros – FIPE passou a palavra a Adriana, Fátima e Margarete, na sequência ao Mauro, e depois para Vanilson, para a discussão sobre o turismo como segmento forte e com potencial na região.

Adriana Tedesco – SDE explicou que tem alguns APLs na região, mas que o APL de móveis de Mirassol está se estruturando, que houve uma fase melhor, mas estão começando a se perder. A FIA foi contratada para fazer um trabalho de fortalecimento da governança dos APLs, que estão fazendo uma série de revisões de critérios, que no momento é um trabalho mais teórico, mas que logo irão a campo trabalhar com os 84 APLs reconhecidos. Disse que se espera, como um dos resultados desse trabalho, seja o restabelecimento de alguns APLs, como o de Mirassol. Disse que, há uns seis ou sete anos, eles pegaram recursos da secretaria com o contrato de empréstimo do BID e montaram um laboratório de design. Ressaltou que foi repassado um valor considerável, mas o laboratório não funciona, inclusive eles querem devolver alguns produtos comprados, como impressoras, por exemplo. Disse que, a curto prazo, o que se pode fazer é fortalecer a governança para a reestruturação, porque não conseguem chegar direto na empresa. Informou que há também um APL de limão-taiti em Itajobi, que foi acometido por cancro, e boa parte da produção não pode ser exportada. Disse que tem outros APLs no estado na mesma situação, como, por exemplo, o café em Caconde, em que 89% da economia do município é baseada em café, que é impactada pelo clima, especificamente geada, e os agros estão nessa situação de dependência extrema. Disse que estão pensando em um trabalho de incentivo em direção a opções de plantio, mas sem imposições por parte do estado, e sim como conscientização dos municípios para alternativas de produção. Em relação às políticas para TICs, saúde farma, etanol, disse que não há nada específico. Informou que foi aberto um edital de chamamento público para projeto de fomento voltado para projetos de sustentabilidade, escrito em parceria com a Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA), mas é dirigido a polos e APLs reconhecidos, cujos recursos permitem que façam estudos ou inovações, como por exemplo, voltado ao plástico verde. Sobre parque tecnológico, passou a palavra a Margarete.

Margarete Leal – SDE disse que o Parque Tecnológico de São José do Rio Preto está vivendo uma crise de governança nesse momento, porque a entidade gestora atual quer sair da gestão, mas o

município não sabe ainda quem colocar no lugar, que o parque ainda está muito dependente da prefeitura. Informou que não há contrato de gestão, tem uma gestora que não é gestora, e que já perderam dois apoios financeiros da SDE, voltados à infraestrutura. Disse que conversou com o professor Bolçone, que lidera o processo interno, falou também com o diretor do parque e que estão resolvendo a questão da entidade gestora, a fim de acelerar o processo trazendo novas empresas, para a incubadora girar de outra forma, com mais celeridade. Disse que é necessário que eles resolvam estas questões internas para que a [SDE] possa aportar recursos e trabalhar com essa política pública do estado, com todas as suas possibilidades.

Rovena Negreiros – Fipec perguntou a Margarete se eles credenciaram esse parque municipal, ainda que tenha um impacto regional, se eles que escolheram a entidade gestora, e se a SDE deu assistência para eles em relação a essas escolhas da entidade gestora.

Margarete Leal – SDE respondeu que sim, porque faz seis anos que eles estão credenciados com essa mesma entidade, que foi escolhida dentro do perfil jurídico que o estado permite fazer algum tipo de ajuste, de transferência de recursos, e que, dentre esses perfis, associação, fundação, escolheram essa entidade que inicialmente deu certo.

Rovena Negreiros – Fipec perguntou se a entidade tem origem no próprio município ou veio de fora.

Margarete Leal – SDE respondeu que é uma entidade sem fins lucrativos, do próprio município, que tem todo o perfil correto, mas que não externaram a crise, somente a de mudança. Disse que o professor Bolçone queria que a SDE mudasse o decreto do Sistema Paulista de Ambientes de Inovação para que se pudesse fechar ajuste diretamente com a prefeitura, mas isso não faz sentido, porque o objetivo é que esses ambientes sejam cada vez mais independentes do poder público, que a secretaria dá início ao processo e eles têm que caminhar com as próprias pernas.

Rovena Negreiros – Fipec perguntou se a prefeitura tem um contrato de gestão com essa entidade gestora, e se o repasse de recursos se dá por meio de contrato de gestão ou Programa do Sistema Paulista de Parques.

Margarete Leal – SDE respondeu que é pela lógica do Sistema Paulista de Parques, a interlocução é diretamente com a entidade gestora, que é credenciada no sistema.

Rovena Negreiros – Fipec argumentou que, além da entidade gestora ser credenciada, ou seja, o parque é credenciado e automaticamente é o CNPJ [da entidade gestora] que negocia com o Programa Parques. Disse imaginar que a prefeitura deva ter um contrato de gestão desse parque com a entidade gestora, algo paralelo do sistema.

Margarete Leal – SDE completou dizendo que não interfere nessa relação, como Rovena mencionou, algo 'paralelo' de transferência e ajuda de recursos. Disse que a secretaria tem, na política pública, fazendo direto com a entidade credenciada. Assim, o contrato de gestão caminha em paralelo, não interferem. Disse que em alguns casos nem existem contratos de gestão, pois têm receita própria, e que se não tiver inicialmente esse contrato de gestão com o poder público, é muito difícil deslanchar um projeto de parque tecnológico, até pela complexidade.

Maria Lúcia Camargo – FIPE perguntou se quem mantém o parque hoje é a prefeitura.

Margarete Leal – SDE respondeu que quem mantém hoje é a prefeitura, que eles têm algumas fontes de receita com aluguel de espaço, mas é uma receita pequena, não dá para sustentar um

ambiente amplo como esse. Disse que, normalmente, nesse contrato de gestão, a prefeitura pagava conta de luz, telefone, jardinagem, segurança, o salário de um ou dois funcionários, e que se quisessem contratar outro, teria que ser pela receita do próprio parque.

Maria Lúcia Camargo – Fipe perguntou se, sob o ponto de vista de ambiente de inovação, caso não houvesse problema de governança, a equipe do Sistema de Parques Tecnológicos enxerga um potencial de crescimento na região.

Margarete Leal – SDE respondeu que sim, que existem 14 parques operando atualmente no Estado de São Paulo, que o início é muito difícil, mas que, com o amadurecimento do projeto, ele deslança. Enfatizou que o Parque de São José tem potencial, indiscutivelmente, e o que está travando é a questão da governança e da entidade gestora.

Rovena Negreiros – Fipe perguntou como os APLs se articulam com esse parque tecnológico, pois muitos deles têm falhas na cadeia do próprio APL, e o parque tecnológico que possui incubadora, que pode fomentar *startups* para resolver problemas dessas cadeias dos APLs. Perguntou, ainda, se pelo lado da secretaria tem alguma articulação, se é possível que o parque abra um edital de chamamento para desenvolvedores, a fim de superar essas falhas da cadeia de APLs.

Margarete Leal – SDE respondeu que, quando o projeto de parques tem início, é com ‘muros muito altos’, a resolução das questões é muito interna, e que agora estão baixando os seus muros e conversando externamente com outros projetos, principalmente com o APL, que é uma política pública do próprio estado. Disse que alguns parques, como o de São José dos Campos e o de Botucatu, que trabalham juntos no projeto de APL e no projeto de parques, e que sente que é algo mais recente em relação aos parques.

Adriana Tedesco – SDE informou que estão fazendo um trabalho na secretaria de aproximação, não só do Parque Tecnológico, mas academias, universidades, de arranjo com todos os atores, que estão tentando fazer essa união, que alguns são mais fáceis, tanto os APLs quanto as universidades e os parques, alguns são mais abertos e outros nem tanto. Disse que, em São José dos Campos e Botucatu, o próprio parque é o gestor da APL, e, nestes casos, não precisam fazer nada, mas, quanto aos outros, é necessário fazer um trabalho mais efetivo de união. Em relação ao trabalho da FIA, disse que farão uma abordagem de fortalecimento da governança, que será desenvolvida uma plataforma, que deve estar pronta até o final do ano, para centralizar as informações, unir os APLs, e que eles apontem os gargalos para o início da troca de informações.

Rovena Negreiros – Fipe sobre a questão do setor moveleiro colocada anteriormente, do entrave exportador para a América Latina e a perda de dinamismo, perguntou a Mauro se tem conhecimento, se há algum programa relacionado ao tema.

Mauro Miranda – Desenvolve SP cumprimentou a todos e disse que a Desenvolve SP tem algumas linhas, considerando os comentários feitos, que podem apoiar, tanto aos municípios em infraestrutura para apoio ao desenvolvimento de algumas ações citadas, quanto aos empresários, principalmente o setor moveleiro, a Desenvolve tem atendido algumas empresas que têm interesse em melhoria de seu parque fabril, considerando a modernização de suas máquinas ou até mesmo a melhoria no design, matéria-prima, infraestrutura. Fez uma apresentação sobre os números relativos ao alcance da Desenvolve SP nos municípios paulistas, sobre as linhas de financiamento, o Programa Desenvolve Municípios, cujo objetivo é financiar projetos de pavimentação, recapea-

mento, usinas fotovoltaicas, iluminação pública, equipamento de monitoramento de tráfego. Falou sobre a linha Economia Verde Municípios, voltada à sustentabilidade, que engloba iluminação pública, usina fotovoltaica, coleta, tratamento e distribuição de água potável, coleta, tratamento e afastamento de esgoto e resíduos sólidos. Sobre a linha de apoio a investimentos municipais, esta compreende infraestrutura viária, prédios públicos, frota administrativa, melhoria em infraestrutura tributária e distritos industriais. Falou sobre as linhas de atendimento ao setor privado, como exemplo citou o Finep Inovacred, que financia projetos inovadores para micro, pequenas e médias empresas para novos produtos, processos, serviços, dentre outros, o Finep Inovacred Expresso e o Inovacred 4.0, Finep Aquisição Inovadora Telecom, Finep Conecta Automático; o BNDES Finame 4.0; BNDES Serviços 4.0; Linha de Incentivo à Tecnologia. Além das linhas de inovação, mencionou as linhas tradicionais de crédito que financiam o capital de giro, como o Crédito Digital – BNDES pequenas empresas e o Crédito Digital – Giro Micro e Pequenas Empresas; FIP Simplificado e BNDES Finame, linhas de crédito para ampliar a capacidade de produção; linha FIP e BNDES Automático para projetos de investimento; Linhas ESG – LEV; BNDES Fundo Clima e; BNDES Finame Baixo Carbono. Falou sobre as principais garantias utilizadas nas operações de crédito pela Desenvolve SP, e como acessar as operações via site.

Após a apresentação, disse que a Desenvolve SP pode, em parceria com a equipe Fipe-PDUI, fazer uma divulgação regional, levar essas informações, principalmente em São José do Rio Preto, que tem uma demanda bastante grande em eventos, junto com a Associação Comercial, e com todas as linhas que a Desenvolve tem hoje, conseguem auxiliar o desenvolvimento da região.

Maria Lúcia Camargo – Fipe perguntou se as linhas da Desenvolve são para municípios com mais de 50 mil habitantes, se 72 meses é o prazo máximo, e o que seria prazo médio para municípios.

Mauro Miranda – Desenvolve SP respondeu que a atuação é para os 645 municípios que não têm nenhuma restrição. Disse que tiveram uma linha lançada há um tempo, mas deixou de existir. Quanto a 72 meses são para algumas linhas. A linha Desenvolve Municípios tem prazo de 72 meses para pagamento, com carência de 24 meses, o que soma 96 meses. Tem uma linha voltada para a economia verde, cujo prazo é de 72 meses, com 12 meses de carência. Disse que esses prazos estão passando por revisão e reavaliação de portfólio para a inclusão de objetos sociais nessa operação, inclusive para ter o benefício de redução de taxa de juros. Disse que estão trabalhando nesta vertente, mas hoje essa linha está em 72 meses, com 12 meses de carência, e a segunda linha, a de apoio a investimentos municipais, que é mais ampla, também cobre 72 meses, com 12 meses de carência e taxa a partir de 0,45% ao mês.

Maria Lúcia Camargo – Fipe perguntou se Mauro teria um exemplo de financiamento para consórcio feito pela Desenvolve SP, se entraria nessas mesmas regras dos financiamentos para os municípios. Perguntou, ainda, se a regra para desembolso dos municípios pega a CAPAG do Tesouro Nacional como primeira verificação da possibilidade de crédito.

Mauro Miranda – Desenvolve SP respondeu que, para os municípios, não utiliza a CAPAG, apenas a lei de responsabilidade fiscal, e o município tem que seguir todas as regras, mas não fazem a avaliação do CAPAG. Muitos municípios nem têm essa avaliação, pois ficariam fora do processo. A Desenvolve pede somente a documentação e exige que eles estejam alinhados com a lei de responsabilidade fiscal. Quanto à questão dos consórcios, as operações são bem dificultosas, que estão em tratativas com apenas um consórcio na captação, porém, existe

uma dificuldade interna muito grande dentro do próprio consórcio, que existe uma resistência muito grande na captação de linhas de financiamento de longo prazo. Disse que nunca existiu financiamento para consórcios municipais no Estado de São Paulo, no país, na verdade, hoje existe o FEP, que consegue apoiar com projetos não reembolsáveis, se consegue o FEP, pede reembolso no caso de uma PPP, para o vencedor do edital. Disse que os consórcios municipais também são regulados pela SPM, em que fazem análise individual, como, por exemplo, para dez municípios são feitos dez processos da SPM, vinculando ao consórcio e todos com garantia individualizada, e esses documentos têm que chegar no mesmo momento, pois a documentação pode vencer, eles têm que entregar o CDP no cadastro de dívida pública, o relatório do nível de execução orçamentária (RREO), o RGF, o relatório de gestão fiscal, todos os relatórios de transparência, de saúde, de educação, toda essa documentação que tem vencimento anual, semestral, trimestral, mensal, dependendo do caso, além de parecer técnico, parecer jurídico e a lei autorizativa aprovada na Câmara em prazo vigente, caso contrário, os documentos terão que ser renovados. Disse que os municípios tinham motivação, mas a Desenvolve percebeu que existe uma dificuldade com os executivos do consórcio em assumir uma dívida de longo prazo, que pode significar, em algum momento de mudança política, pode mudar a visão em relação ao consórcio, que começaram a ter dificuldades internas, principalmente com o jurídico desses consórcios em apoiar esse tipo de operação. Disse que estão tentando fazer o Consórcio Cemmil de Aguaí, o presidente é o prefeito de Aguaí, disse achar que é Mogi Mirim, Mogi-Guaçu e mais um município que não se recorda, eram quatro municípios a princípio. Disse que perceberam uma resistência dentro do próprio consórcio na sequência da aprovação de crédito, e o objeto da contratação eram máquinas comuns à necessidade dos municípios, mas que não justificavam cada município ter sua própria máquina. O modelo era bem interessante, mas a Desenvolve SP não conseguiu que esse processo evoluísse.

Rovena Negreiros – Fipe, sobre as linhas de financiamento de pavimentação e recapeamento da Desenvolve SP para os municípios, colocou que o governo do estado tem o programa Novas Estradas Vicinais (Melhor Caminho) de repasse de recursos financeiros aos municípios que não têm capacidade financeira e de endividamento, tomar o crédito para pavimentação de estradas vicinais importantes para os municípios do agronegócio. Pergunta se há uma possibilidade desses recursos serem garantidos com os recursos orçamentários, ou seja, tem o consórcio, mas a garantia é o recurso, uma parte dele do programa vicinais, já que os municípios terão dificuldade, inclusive para pagar, pois a Desenvolve não dá dinheiro, e sim, financia, mesmo que com uma taxa subsidiada, e o estado tem isso previsto nos seus orçamentos anuais, está no PPA, esse programa existe há mais de 15 anos. Disse que os municípios não conseguem ser independentes financeiramente porque o recapeamento é competência do município. Disse imaginar se esse programa Novas Vicinais poderia ser um fundo garantidor para esses municípios com taxa de uso para os produtores rurais, de modo a que esse financiamento fosse de fato pago.

Mauro Miranda – Desenvolve SP disse que a questão da garantia para municípios é bem tranquila, que a Desenvolve pega o próprio ICMS como garantia. Disse que, nesse caso, seria interessante promover, via governo, o complemento do valor para apoiar o convênio, que, se for por financiamento, não é possível pegarem a garantia do estado como pagamento, ou o estado aporta recursos de fato, e sendo não reembolsável teria que ser via convênio, que faria mais sentido. Sugeriu ver com a Secretaria de Desenvolvimento Regional qual é a pasta para esse programa.

Rovena Negreiros – Fipe disse que não necessariamente a Secretaria de Desenvolvimento Regional. Colocou como exemplo, se a atividade econômica que se quer apoiar na região, no caso de São José do Rio Preto, que no agronegócio é a cana e a laranja. Disse que em conversa com o DER, foi dito que há o problema dos produtores rurais que usam as estradas com peso acima do que é permitido, e quando o DER coloca a balança, os caminhões vão para rota de fuga, que em geral são vicinais. Colocou que, se já entrasse no programa em uma articulação do governo de linhas de financiamento de vicinais para os municípios, haveria ressarcimento em parte pelos produtores rurais que fazem uso dessa vicinal, e garante a pavimentação, que seria uma política casada.

Mauro Miranda – Desenvolve SP disse achar que é possível o próprio gestor municipal fazer essa articulação junto aos produtores e a Desenvolve pode apoiar o município no financiamento, mas o município fazendo a articulação, ou seja, os produtores pagando esse financiamento para o município, que já existem casos assim, e que existem casos que a Desenvolve SP não toma conhecimento da operação, porque é uma negociação feita entre os próprios empresários locais, com o gestor municipal, e a Desenvolve financia direto. A Desenvolve tem dificuldade de orçamento para o município, que tem uma capacidade de endividamento pequena, e esse endividamento concorre com o saneamento básico, com construção de escolas, unidades de saúde, então há uma série de outras necessidades de infraestrutura, que muitas vezes traz dificuldades para novas contratações. Disse que conseguem olhar pontualmente, se a equipe Fipe conseguir identificar os municípios que têm essas necessidades, a Desenvolve pode tentar promover uma articulação direta, caso seja necessário.

Maria Lúcia Camargo – Fipe colocou que, como o estado tem interesse em desenvolver uma política regional e como é sabido que o consórcio para algumas áreas temáticas pode ser de grande eficácia na solução de problemas, como, por exemplo, os resíduos sólidos, que seria possível pensar uma solução. Perguntou onde poderiam atuar para que esses financiamentos para consórcios fossem efetivos.

Mauro Miranda – Desenvolve SP disse que, como foi comentado na reunião, em São José dos Campos, nos consórcios, acredita que é necessária uma articulação para criar governança, que ainda não é uma estruturação muito bem alinhada. Disse que sabem, historicamente, que os consórcios tiveram muitos problemas junto ao tribunal de contas, e, por este fato, existe uma certa resistência em relação aos consórcios, devido as captações que traziam problemas para os municípios maiores. Existem municípios com dificuldade de captação devido a problemas de consórcios da década de 1990.

Marlon Longo – Fipe perguntou a Mauro Miranda se as demandas são provocadas pelos municípios, ou a Desenvolve SP tem um papel prospectivo em relação a essas demandas das linhas públicas. Pediu que, se possível, Mauro listasse em quantos municípios, o tipo e linhas de ação são predominantes da Desenvolve na região, pela lista dos 37 municípios que compõem a Região Metropolitana de São José do Rio Preto, trabalhados pela equipe Fipe.

Mauro Miranda – Desenvolve SP respondeu que é possível enviar o panorama de ação nos municípios. Quanto à prospecção, respondeu que a Desenvolve vem fazendo uma abordagem aos municípios em eventos regionalizados por intermédio de associações comerciais. Disse que não tem muita capilaridade em matéria de aproximação dos municípios, pois há um decreto que proíbe, inclusive, contratações, o que gera dificuldades. Disse que a agência vem crescendo fortemente,

que iniciaram as atividades com capital social de 1 bilhão de reais, que têm hoje 2,2 bilhões de capital social, com o novo aporte que tiveram ano passado, e com o mesmo número de pessoas trabalhando, hoje cerca de 140 pessoas, atendendo ao estado todo, em financiamentos e ações que geram financiamento tanto público quanto privado. Informou que a Desenvolve tem uma equipe que circula os municípios para apresentar as linhas de crédito para o setor privado, e, para a área pública, tentam levar aos municípios diretamente. Disse que no ano de 2021 registraram contato com 400 dos 645 municípios, com todas as informações possíveis, para que o estado possa contribuir com o apoio e fomento da infraestrutura, principalmente após o período da pandemia, em que os investimentos foram concentrados em ações para a saúde, tanto que o Programa Desenvolve Municípios foi criado para tentar tirar um pouco do atraso das ações voltadas à infraestrutura.

Marlon Longo – Fipe informou que a Associação Comercial e Industrial de São José do Rio Preto (Acirp), citada por Mauro, esteve na reunião de oficialização do Conselho da Região Metropolitana e se mostraram bastante interessados em participar do processo de elaboração do PDUI.

Mauro Miranda – Desenvolve SP disse que eles são muito atuantes em Rio Preto, e que ficou surpreso, inclusive, quando fizeram um programa de inovação em um evento da Ciesp, com pouco público, mas que, alguns meses depois, fizeram o evento na Associação Comercial em que participaram mais de 150 empresários.

Rovena Negreiros – Fipe agradeceu a Mauro e pediu a Maria Lúcia que colocasse as questões para Vanilson Fickert.

Vanilson Fickert – Secretaria de Turismo informou que está com problemas na conexão, e pediu, caso deixasse algo passar durante as perguntas, para ser cobrado. Sobre o que foi comentado para a Região Metropolitana de São José do Rio Preto [falha na conexão] tem uma verba específica para se investir em turismo, cujo valor deverá ser padronizado para os 140 municípios turísticos. Disse que tem Olímpia e Ibirá, estâncias hidrominerais mais antigas, que, além desses, outros sete municípios, São José do Rio Preto, está pré-aprovado como município de interesse turístico pelo grupo técnico, aguardando apenas a sanção da Assembleia Legislativa, podendo, assim, receber o aporte financeiro para o desenvolvimento do turismo, ainda que ela seja uma cidade-sede, é bem estruturada, tem um forte turismo de negócios. Sobre o distrito turístico de Olímpia, que foi o primeiro projeto trazido pelo secretário nessa gestão para áreas específicas, voltado ao desenvolvimento do turismo. Disse que já existe algum investimento privado, que pode ter uma administração pontual para o desenvolvimento do turismo. Disse que existem ações voltadas a investimentos, mas em locais que já tenham, preferencialmente, um investidor privado interessado, que já tenham equipamentos instalados, e a gestão por um coletivo, um grupo ou conselho para definir o desenvolvimento local, além da obrigatoriedade de ter um plano de desenvolvimento regional. Disse não saber como está a situação de Olímpia, que aconteceu uma reunião do grupo técnico há pouco tempo, mas que não acompanhou a questão do distrito turístico, mas ela não tem relação direta com a questão das instâncias e dos Municípios de Interesse Turístico (MITs), que o fato de ser estância não necessariamente será MIT, como, por exemplo, o caso das regiões do Serra Azul, Jundiaí, Vinhedo, os municípios que têm parques, shoppings, regiões que se converteram em distritos turísticos e que nem todos esses municípios são estâncias. Vinhedo, por exemplo, não é nenhum dos dois, ainda que tenha um complexo turístico, tem potencial para ser, passou pelo processo, mas este não estava bem organizado, conforme exigido por lei. No caso de Olímpia, apenas uma área desse município tem essa questão do distrito turístico.

Sobre a diversificação de Olímpia, diz concordar que é um problema sério, que tem o segundo parque hoteleiro do Estado de São Paulo, depois da capital, é um grande contingente para uma cidade pequena, e que, ainda que os parques estejam se diversificando, visto o museu de cera, que lidera outros ativos, existe uma grande oportunidade de trabalho regional, pois, como foi comentado sobre a pouca permanência do turista, é necessário diversificar, na região existem opções interessantes, como em Barretos, a festa do peão, que já está no imaginário das pessoas, mas que também tem o rural que pode ser aproveitado. Mencionou Uchôa, que passou a município de interesse turístico, devido ao projeto rural, é um diferencial. Colocou que a região metropolitana como um todo, sob o aspecto turístico, tem algumas diferenças, como, por exemplo, o fato de alguns municípios da região metropolitana estarem ao norte, pertencem à região turística de Maravilha do Rio Grande, um grupo bem forte, uma associação bem interessante. Já os que estão próximos ao Rio Tietê têm outra configuração, é uma das regiões turísticas do projeto de regionalização, pouco explorada, tem potencialidade, que poderia ser trabalhada. Olhar para a questão de quais são os emissores de turistas para a região, olhar talvez para São Paulo ou para o Triângulo Mineiro, emissores importantes que possam trabalhar Araçatuba, Ribeirão Preto, que são cidades de grande porte, maiores que algumas capitais do país, e que também têm fluxo emissor.

Sobre a questão das praias de água doce, disse que, com a Lei 1.261, de 2015, que criou o programa MIT, em que surgiu a questão dos municípios pequenos, que são lindeiros aos rios, grandes espelhos d'água, recebem muitos turistas não convencionais, que vão em locais de hospedagens, que são bem ruins [ranchos]. Disse que as praias de rios e o próprio rio possuem vários condomínios com ranchos, os quais são o meio de hospedagem mais utilizados, alguns são ranchos de locação de alto nível, equipados com piscina, ofurô, dentre outros, que mostrou uma nova realidade. Completou dizendo que seria necessário fazer a pesquisa da demanda, que é uma das obrigações para o município, no supermercado, porque é lá que se encontra o turista dos ranchos. Sobre a questão do balneário da praia de Água Doce, provavelmente é uma concessão que pertence ao município. Disse que há um mês esteve em Florínia, na região do Paranapanema, e viu que tiveram uma ideia muito interessante, que vale a pena conhecer, conversar. Disse que o prefeito fez a concessão do balneário como um todo [falha no áudio].

Rovena Negreiros – Fipe avisou que o áudio de Vanilson está falhando.

Vanilson Fickert – Secretaria de Turismo retomou dizendo que foi feita a concessão de todo o complexo do balneário, não apenas de um serviço do restaurante ou da hospedagem, que o investidor vai trabalhar em quatro etapas: a primeira, feita agora, foi de reestruturação da praia, terá área de pesca, equipamento de qualidade, pedalinho, pesque e pague. Na segunda e terceira etapas, será a de construção de hospedagem; na terceira, área para pesca, artesanato, quiosques, etc. Disse que desonerou a folha da prefeitura, que ainda terá um percentual interessante com essa concessão, além da geração de empregos, economia de investimentos do município neste local, ao contrário, será um gerador de renda, com tendência de crescimento, e ficou como exemplo para vários municípios que possuem praias de rios, como Adolfo, Sales, Paulo de Faria, se transformarem em município de interesse turístico. Disse que visitou Orindiúva recentemente, que este município tem um trabalho muito interessante do pescador na beira do Rio Grande, além do turismo náutico, que pode ser aproveitado, trabalhado, de modo a agregar outros segmentos nessa região, muito além dos parques temáticos, que está focado em Olímpia. Disse que a secretaria está com um projeto de estruturas náuticas, projeto de me-

lhores práticas que ensina como implantar um píer, uma marina, uma série de orientações do passo a passo para desenvolver o turismo, quais estruturas necessárias, local para atracar os barcos. Falta apenas a assinatura para o início das obras. Disse não saber se alguns municípios da região foram contemplados, mas é um projeto que pode ser implantado nos municípios lindeiros ao Rio Grande ou ao Rio Tietê.

Rovena Negreiros – Fipe perguntou se nesse programa das infraestruturas náuticas, que na verdade é um programa de orientação de como devem proceder, os municípios precisam passar por licenciamento ambiental da prefeitura ou da Cetesb, dado que o Rio Tietê é estadual.

Vanilson Fickert – Secretaria de Turismo respondeu que, em relação às melhores práticas, a Desenvolve SP tem os modelos de como montar e dão o caminho de como conseguir a licença, o que entregar à Cetesb, para poder ter licença ambiental, e que nas estruturas que estão desenvolvendo, essa questão foi trabalhada nestes locais, os municípios foram orientados a buscar as certidões necessárias para a implantação das estruturas.

Maria Lúcia Camargo – Fipe perguntou qual a diferença principal entre estância turística e o distrito turístico, do ponto de vista de apoio financeiro tributário, pois, em seu entendimento, é de que estância turística tem muitas no Estado de São Paulo, e o distrito turístico serão selecionados especificamente dentre aqueles municípios que têm um alto potencial de atração de pessoas.

Vanilson Fickert – Secretaria de Turismo respondeu que a estância é prevista em lei, desde a constituição do estado, desde a década de 1940 existem as estâncias no estado e elas recebem um valor, atualmente, para implantação de infraestrutura, como equipamentos, em áreas que são específicas da prefeitura, de modo que se pode usar o investimento do estado em áreas particulares, pode usar para asfaltamento de estrada que desemboca em um parque, mas não pode investir no parque. É para a questão se foi de áreas públicas e criar infraestrutura. Explicou que esse projeto é para municípios que têm uma população flutuante maior do que a população, ou seja, o município tem uma população de 10 mil habitantes e recebe 100 mil na alta temporada, ele deve ter uma estrutura para 100 mil dessa população flutuante. Que eles tenham um valor para investimento na estrutura para receber a população flutuante. [falha no áudio]. Balneário são áreas limitadas específicas dentro de municípios, de desenvolvimento privado ou que tenham investidor que queira implantar algum empreendimento de grande porte. Um é focado no município com verba que é repassada ao município, por meio de projetos apresentados à secretaria, que é uma verba específica, ele já tem esse valor anualmente para implantação dessa estrutura, e o outro é para ter um conselho gestor público-privado de uma área que já possui investimento para desenvolvimento do turismo. Um tem a ver com uma questão econômica de desenvolvimento de uma área específica e o outro tem a ver com o município. Citou como exemplo: se Olímpia quiser investir dinheiro da estância em qualquer área do município, é permitido; já o distrito turístico se restringe a uma área delimitada dentro do próprio município, uma área próxima aos parques e aos equipamentos hoteleiros. Sobre o detalhamento de distrito turístico, disse que não acompanhou e não sabe dizer, mas que pode conseguir estas informações e, se for o caso, um especialista para falar sobre o assunto.

Rovena Negreiros – Fipe agradeceu a Vanilson, disse que a equipe vai assimilar as informações trazidas pelos representantes presentes, do conjunto das questões que estão tratando no PDUI, e que, mais adiante, quando estiverem elaborando as proposições, a equipe Fipe entrará em contato

com as secretarias para saber se as diretrizes que estão propondo se alinham com os programas das secretarias, das instituições, como a Desenvolve SP, a fim de que tais diretrizes não fiquem distantes da política setorial que estão sendo delineadas para atuação junto aos municípios ou segmentos da economia regional.

Perguntou se mais alguém gostaria de fazer algum comentário, esclarecer alguma dúvida com relação ao desenvolvimento econômico.

Vanilson Fickert – Secretaria do Turismo comentou que os municípios no entorno de São José do Rio Preto sempre comentam que nos projetos de regionalização, estes não querem estar com o Rio Preto, se sentem relegados, pois Rio Preto acaba atraindo a maior parte dos benefícios, e no que diz respeito ao turismo, estes municípios menores conseguem maior visibilidade.

Rovena Negreiros – Fipe comentou que este é o problema da cidade-polo, todos se beneficiam dos serviços, mas, quando são preteridos em relação às densidades, os pequenos reclamam, mas essa é a tônica de cidade que tem muita polarização e alta concentração, com primazia de um município, como é o caso de São José do Rio Preto, que responde por 51% do PIB da região, que, somado a mais três outros municípios, Olímpia e mais dois, resulta em 70% do PIB. Disse que os pequenos sempre vão reclamar.

Fátima Araújo – SDE disse que, em relação ao assunto da desigualdade de renda e social da região, existem alguns programas interessantes na SDE, além do banco do povo, que poderiam ser incluídos em alguma diretriz. Disse que a estrutura de financiamento para o pequeno empreendedor é algo interessante de colocar, e sobre a questão da exportação, mencionada por Maria Lúcia, existe o Programa Exporta SP, que capacita as pequenas e médias empresas para exportação, junto com a Investe São Paulo, uma vez que há esse movimento de exportação e importação na região e pareceu até um movimento importante. Há também o Programa Empreendedores e outros programas de cunho social para tentar sanar problemas de desigualdades sociais, os empregos informais, os 'bicos', que são chamados de empreendimento. Existem programas com bolsas, e que existem políticas e programas na SDE em relação às questões de desigualdade.

Rovena Negreiros – Fipe lembrou que o PDUI é um plano de estrutura territorializada, e ao trabalharem o desenvolvimento urbano integrado, a equipe Fipe está olhando para as distorções e desequilíbrios muito mais sob o aspecto econômico do que os sociais, assim, ao olhar para o atendimento social, que são aqueles equipamentos que poderiam estar descentralizados, minimizando essa desigualdade socioterritorial, e não da população, necessariamente. O PDUI é limitado, ele não faz política social, não faz política de emprego, de saúde e educação, mas aponta os gargalos e os locais em que esses gargalos ocorrem, para que a infraestrutura desses segmentos possa estar ali localizada. No caso de São José do Rio Preto, dada a concentração do município de São José, a equipe fez uma proposição de subcentralidade, que a equipe quer induzir, em que novos equipamentos de atendimento social e urbanos possam acontecer, porque existe uma economia que é do agronegócio, que para esses municípios, com exceção de Tanabi, que tem peso com a atividade industrial, mas José Bonifácio e Nova Granada, não. Portanto, o PDUI tem esse corte de que as proposições e diretrizes devem estar articuladas com a espacialidade da localização do investimento, como a política pública que está desenhada para a saúde pode aterrissar na sua ampliação, ao invés de fazer mais hospitais regionais no próprio município, pode centralizar os pronto atendimentos, em quais municípios devem ser reforçados.

Disse não querer criar expectativas de que políticas públicas serão incorporadas ao Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI), mas a política pública de corte social que pode ser incorporada ao plano, são as relativas aos assentamentos subnormais e vulneráveis, seja risco de inundação e deslizamento, porque isso afeta o território, que, indiretamente, está colocando uma população em risco, a condição do território é que coloca essa população em risco, quanto ela ocupa esses espaços. Reforçou que o plano tem uma limitação de proposição.

Perguntou se alguém gostaria de fazer mais algum comentário, e não havendo mais colocações encerrou a reunião agradecendo a Adriana, Fátima, Margarete, Mauro e Vanilson pela disponibilidade e contribuições. Informou que a próxima rodada de reuniões com os setoriais ocorrerá após as audiências públicas, na fase de proposições.

Encaminhamentos:

Fipe:

Marlon ficou de enviar a lista dos 37 municípios para que Mauro Miranda aponte as linhas de ação do Desenvolve SP na região.

Vanilson Fickert – Secretaria do Turismo:

Ficou de conseguir informações sobre o detalhamento de distrito turístico, ou um especialista no assunto, caso seja necessário.

GT PLANEJAMENTO TERRITORIAL (MACROZONEAMENTO)

Data: 09/09/2022 – 10h às 12h

Participantes:

Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (Sima): Gil Scatena

Centro de Gerenciamento de Informações (Sima): Valdeir Cavalcante

Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (Sima) / Coordenadoria de Energias Elétrica e Renováveis: José Ricardo Mafra Amorim

Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (Sima) / Coordenadoria de Saneamento: Cesar Louvison

Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (Sima): Maria Fernanda Romanelli

Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (Sima) / Coordenadoria de Planejamento Ambiental (CPLA): Márcia Itani

Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (Sima): Arlete Ohata

Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (Sima) – Petróleo e Gás: Ricardo Cantarani

Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (Sima) – CPLA: Heitor Shimbo Carmona

Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (Sima) – CPLA: Lúcia, Beatriz, Márcio e Rodrigo

Fipe:

Rovena Negreiros

Marta Grostein

Maria Lúcia Camargo

Marlon Longo

Fabiana Coelho

Oziel Carneiro

Carolina Braga

Rafael Costa

Sarah Rolindo

Geni A. Toffoli

Felipe Dias

Abertura:

Rovena Negreiros – Fipe informou que Garcia não poderá comparecer à reunião, que enviou um texto sobre mineração em São José do Rio Preto e que agendariam uma reunião específica. Pediu à equipe da Sima que se apresentasse. Agradeceu, em nome da coordenação do PDUI, a presença da Sima. Informou sobre a reunião ocorrida na semana anterior no Conselho de Desenvolvimento Regional de Piracicaba, na qual o promotor do Ministério Público (MP), Ivan Castanheiro, elogiou o PDUI, perguntando se houve incorporação do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE). Disse que respondeu afirmativamente, que fizeram as discussões, ainda que o ZEE não tenha virado lei, que tiveram o cuidado de incorporar o que a Sima estava propondo para o ZEE do estado. Disse que a procuradora adjunta, Fernanda, também elogiou o trabalho.

Perguntou a **Márcia Itani – CPLA-Sima** se ela comandaria a reunião pelo lado da secretaria.

Márcia Itani – CPLA-Sima cumprimentou a todos e disse que Gil Scatena iria participar da reunião junto com sua equipe – Lúcia, Beatriz, Márcio, Rodrigo, Heitor, Arlete e Valdeir, do Centro de Gerenciamento de Informações da CPLA.

Rovena Negreiros – Fipe perguntou quem responde pela área de saneamento.

César Louvison – Coordenadoria de Saneamento – Sima se apresentou dizendo que era o representante da área de saneamento.

Rovena Negreiros – Fipe agradeceu a presença e a participação de César, pois este é um tema relevante na Região Metropolitana de São José do Rio Preto, não pelos índices da cobertura de saneamento, mas pela questão hídrica, daí a importância da presença dessa coordenadoria na reunião, a fim de ajudar a pensar o encaminhamento de determinadas questões, e como o macrozoneamento que a equipe do PDUI está delineando pode propor soluções para a preservação hídrica, questão problemática na região, como a insegurança hídrica mostrada no ZEE.

José Ricardo Amorim – Coordenadoria de Energias Elétrica e Renováveis – Sima se apresentou e cumprimentou a todos.

Rovena Negreiros – Fipe perguntou a Márcia se tem alguma notícia sobre o encaminhamento do ZEE para a Assembleia Legislativa (Alesp).

Márcia Itani – CPLA-Sima respondeu que a proposta da minuta de decreto e os documentos técnicos passaram na última plenária do Conselho Estadual do Meio Ambiente (Consema), no dia 3 de setembro, quarta-feira passada, e agora esse documento segue o trâmite interno da consultoria jurídica e, posteriormente, será encaminhado à Casa Civil para assinatura do governador. É uma proposta de decreto, que inclusive regulamenta o ZEE como instrumento da política estadual de mudanças climáticas.

Rovena Negreiros – Fipe perguntou se a equipe da CPLA sabe se o governador está empenhado em assinar esse decreto.

Márcia Itani – CPLA-Sima respondeu que Marcos Penido, que foi secretário da Sima, é agora o secretário de Governo, assim, o esforço da Sima em encaminhar, prontamente, a minuta e os anexos do decreto, exatamente para poder contar com o apoio e empenho do secretário, que foi a pessoa neste processo mais batalhadora e incentivadora para que isso tramitasse.

Rovena Negreiros – Fipe cumprimentou Gil Scatena – Sima.

Gil Scatena – Sima cumprimentou a todos, pediu desculpas pelo atraso.

Rovena Negreiros – Fipe reitera o agradecimento à equipe da Sima e agradece a Gil e à secretaria pela parceria e pela disposição em discutir o PDUI de São José do Rio Preto. Apresentou Marta Grostein, coordenadora executiva do projeto, assim como o arquiteto Marlon Longo, coordenador técnico do PDUI da região de São José do Rio Preto. Disse estar acompanhada dos dois, além de toda a equipe do projeto, o Rafael, novo integrante da equipe, não participou nas etapas anteriores, é arquiteto urbanista, e que apresentará, junto com Marlon, os estudos urbanos e a proposta preliminar de macrozoneamento. Informou que a equipe fez o estudo da legislação regulatória urbanística nos 37 municípios da região e que, com base nisso, fizeram a proposta preliminar de macrozoneamento. Disse, ainda, que foi feito o panorama regional, em que levantaram as questões econômicas, ambientais e de infraestrutura, e identificaram questões ligadas ao saneamento, questões estas muito importantes.

Informou que, no dia anterior, a equipe se reuniu com a Secretaria de Transportes e Logística e com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico. Disse que, na região, a grande atividade econômica é o agronegócio, com destaque para São José do Rio Preto, que tem uma pauta econômica mais diversificada, e Olímpia, que é o polo de turismo, importante na região. Disse que a região tem duas frentes de rio importantes, que vão pressionar ocupações provavelmente ligadas ao turismo. Essa região como um todo, pela presença desse ativo, que são os rios, terá uma perspectiva de ocupação e de uma atividade econômica que poderá fortalecê-la, pois, conforme as economias paulista e brasileira cresçam, o consumo de turismo e lazer também podem aumentar. Disse que essa é uma discussão necessária, e quem pressiona o recurso hídrico são as atividades do agro naquela região.

Deu início às apresentações, passando a palavra, inicialmente, para Fabiana e Felipe, que apresentaram as questões ambientais e de saneamento, e, na sequência, Marlon e Rafael, as propostas de macrozoneamento, para que os representantes da Sima digam se as propostas da equipe estão alinhadas com as questões do ZEE, o qual foi amplamente utilizado para a elaboração destas propostas.

Marlon Longo – Fipe cumprimentou a todos, dando início à contextualização da região. Disse que estão na etapa de trabalho de ordenamento territorial e macrozoneamento/aprovação do guia metodológico pelo Conselho de Desenvolvimento, que a equipe fez o diagnóstico urbanístico, econômico e ambiental, que tiveram a primeira reunião do Conselho na semana anterior, e que agora a ideia é começar a fazer o cruzamento entre as secretarias e entre os municípios, com o objetivo de consolidar o diagnóstico durante o mês de setembro. Lembrou que todo esse material vai se consolidar em diretrizes no caderno preliminar de propostas até meados de novembro, pós audiências públicas, e que chegue em dezembro com uma proposta consolidada decorrente do processo participativo, e que este caderno final de propostas seja um anexo fundamental da minuta de projeto de lei do PDUI.

Continuou dizendo que a Região Metropolitana de São José do Rio Preto foi aprovada no ano passado, 2021, que está localizada no noroeste do estado, se distingue das demais regiões por não fazer parte e não ter vínculo tão direto com a Macrometrópole Paulista. É uma região que tem características específicas e algumas dinâmicas que a equipe Fipe está descobrindo agora. A Macrometrópole Paulista tem uma discussão bastante aprofundada, de anos de planejamento regional, e, com a elaboração do PDUI da RMSJRP, a equipe está se aprofundando nas especificidades da região de Rio Preto. Ressaltou que a Fipe desenvolveu, de agosto de 2021 até agosto de 2022, os PDUIs de Franca, Ribeirão Preto, Piracicaba, Jundiaí, Vale do Paraíba e Litoral Norte, e que agora segue com a mesma metodologia, o desenvolvimento do PDUI da região de São José do Rio Preto.

Explicou que a região é composta por 37 municípios, possui uma população de pouco menos de um milhão de habitantes, que Rio Preto é o município-polo e tem outros oito municípios com população de mais de 20 mil habitantes, e, portanto, é uma região de municípios pequenos em sua grande maioria, mas que já apresenta uma série de processos que são típicos do que chamam de metropolização, com pressão urbana, pressão sobre os ativos ambientais. Finalizou a contextualização da região, convidou Felipe para apresentar a síntese do diagnóstico ambiental, em seguida a apresentação do diagnóstico da infraestrutura por Fabiana, e, finalizando, apresentará a primeira proposta de macrozoneamento junto com Rafael.

Finalizadas as apresentações, que serão disponibilizadas aos representantes presentes, e posteriormente ao período eleitoral estarão na plataforma digital do PDUI de São José do Rio Preto.

Rovena Negreiros – Fipe perguntou a **Gil Scatena – Sima** se tinham conseguido entender o sentido do que Marlon explicou sobre o conceito que está por trás de cada uma dessas macrozonas.

Gil Scatena – Sima respondeu que sim, se a equipe precisava de algum adicional, e perguntou para a equipe da CPLA, ao que responderam que está perfeito. Disse que poderia fazer as primeiras colocações, agradeceu, e disse que a forma que a equipe Fipe usou o ZEE foi exemplar, que o que fizeram, para eles (Sima), é um retorno positivo e convergentes as análises feitas com o que utilizaram no ZEE, embora pudesse ter uma divergência pela diferença de escala. A equipe se aproximou muito mais do território do que o ZEE fez, apesar de o ZEE usar vários dados numa escala muito próxima, mas na hora da análise deve-se afastar um pouco. Colocou que, no diagnóstico apresentado, vale reforçar no final das diretrizes a mancha do cerrado, que é debulhado no estado de São Paulo, e essa é uma região quase sem nenhum fragmento, o que dá pouca esperança de criação de área protegida naquela região de grande porte, e isso significa que, para essa região, uma estratégia de conservação com produção é chave, que não há ali como fazer uma estratégia, pois o agronegócio predomina. Desse modo, não tem como ter uma estratégia de preservação excluindo o processo produtivo, desapropriando, criando grandes unidades. Disse que vale lembrar que ali é cerrado, que neste bioma sempre são cobrados de ter políticas mais frágeis do que da Mata Atlântica, então lembrar que preservar diversidade, preservar a cobertura vegetal, recuperar, é também a chance de manter o cerrado bem.

Uma outra questão é que a maior parte dos municípios, se não 100%, está abaixo dos 20% de vegetação (apresentado em um dos primeiros slides). Disse que, pelo novo ICMS Ambiental, quem tem vegetação em área privada e chega a 30% recebe uma parcela do ICMS, o que pode ajudar os municípios na estratégia de reflorestamento. Portanto, nesse território amplo, qualquer estratégia de recuperação de área vegetada, que dialoga com a ideia das APPs, parques lineares, melhores práticas agrícolas na propriedade, conforme comentou, pode também ajudar esses municípios no futuro, principalmente os que estão na beira dos 20%, a pleitearem recursos do ICMS Ambiental, que, na verdade, é a grande estratégia do Refloresta SP, que é o grande programa de recuperação de área vegetada de São Paulo, o que significa uma meta de recuperação de 1,5 milhão de hectares, que, salvo engano, pelo Código Florestal, são obrigatórios cerca de 800 mil. Disse que essa região certamente está abaixo da aplicação do Código Florestal, o que também significa segurança jurídica na produção, pois estão com menor reserva legal e APP do que deveriam, e essa recuperação do Refloresta SP é convergente para estratégia de ICMS Ambiental, em que, conforme se recupera as áreas vegetadas, também pode entrar no índice do ICMS Ambiental dos 30%. Disse achar que é um discurso interessante, como região.

Rovena Negreiros – Fipe disse, sobre o conceito de cobertura vegetal, que, no seu entendimento, a plantação dessa região, seja ela qual for, não deixa de ser cobertura vegetal, que não sabe como este conceito está na legislação, pois corre o risco de o proprietário dizer que “sua área está toda coberta” sob o ponto de vista vegetal, como o laranjal, que pode não ser mata nativa, mas é cobertura vegetal porque é perene.

Gil Scatena – Sima respondeu a Rovena que pode ficar tranquila porque essa prática vem do inventário, que faz a distinção desse tipo de vegetação, a não ser que alguém levante essa questão que ela é totalmente tranquila de ser debatida. Disse que essa prática do ICMS Ambiental, que vem da reforma do ICMS, vem, na verdade, das demandas dos municípios do Vale do Ribeira, que embora tenha, por exemplo, bananal e outras áreas plantadas, distingue bem o que é vegetação

nativa dessas áreas, e eles reclamam o seguinte: eles pagam a área de parque, mas não pagam a área que está sendo protegida aqui, e citou como exemplo ter uma reserva legal...

Rovena Negreiros – Fipe disse que é muito diferente o Vale do Ribeira, que não tem a importância econômica dessa região, sob o ponto de vista da atividade rural.

Gil Scatena – Sima reforçou que Rovena Negreiros pode ficar bem tranquila, pois nunca viveram esse risco, que sempre que lidam com o setor produtivo, todas que a gente habilita, o dinheiro não incide na área de produção agrícola.

Arlete Ohata – Sima colocou que essa questão parte do Código Florestal, que desde a década de 1980, o DPRN, que é o Departamento de Manejo do Uso do Solo, naquela época, que era a questão da floresta, da vegetação nativa, em função do Código Florestal, e as aplicações seguintes da proteção, tanto na Mata Atlântica como do Cerrado, de toda essa legislação criada. Assim, quando se fala da questão dos 30% de vegetação, leia-se nativa, em função do Código Florestal. Que todo o licenciamento de qualquer território, seja rural, inclusive urbano, hoje, tem que deixar 20% de vegetação, principalmente no rural.

Rovena Negreiros – Fipe disse que, para o trabalho da equipe do PDUI, é interessante qualificar como cobertura vegetal nativa, pois essa região tem cobertura vegetal extensiva, não é nativa, mas extensiva, e do ponto de vista da recuperação ambiental as culturas perenes têm importância. Essas que são mais de desgaste da terra são as que têm problema, que é a cana, mas a laranja, nem tanto. Reforçou a importância de qualificar essa cobertura vegetal nativa porque é justamente essa que pretendem indicar diretrizes para a recuperação, seja nas áreas de Mata Atlântica, que a região ainda possui, seja na área de Cerrado, que representa a maior parte.

Maria Lúcia Camargo – Fipe disse que, sobre a questão do ICMS Ambiental, comentada por Gil Scatena, está claro o que é cobertura vegetal nativa, que são as mapeadas pelo Inventário Florestal do Estado de São Paulo, e, como Gil falou, seria necessário ver o que está no Inventário, e que é apresentado anualmente relatório de qualidade ambiental da Sima.

Marta Grostein – Fipe disse que chamou a atenção uma conjugação de palavras feita por Gil Scatena, que parece bastante importante quando a equipe Fipe descrever a macrozona de conservação com produção. Sobre as questões que Rovena Negreiros havia colocado nessa região, disse que se utilizarem essa conjugação de palavras – conservação com produção – conseguirão ter parcerias e não adversários. Disse que percebem que onde colocam a palavra “ambiental”, imediatamente têm um conjunto de inimigos diretos. Disse ter gostado dessa conjugação, que pode ser óbvia, mas achou muito boa para essa região: conservação com produção.

Felipe Dias – Fipe disse que, nessa mesma linha de Marta Grostein, ficou um pouco curioso com essa estratégia, no Cerrado da conservação com produção, e perguntou se a equipe da Sima tem alguma experiência sobre isso, pois, nessa região, não tem áreas de unidades de conservação expressivas, e quando se fala de conservar com produção, lembra reserva extrativista, e pelo que está entendendo Gil Scatena está falando em uma outra linha, e queria entender um pouco.

Gil Scatena – Sima respondeu que, se for preciso, podem aprimorar a questão com a equipe Fipe. Disse que existe uma área da Sima que cuida do tema, e o que estão falando no momento é na linha trazida por Arlete. Disse que, pela própria questão legal, as áreas produtivas, as propriedades, elas têm que deixar uma área vegetada, seja de APP seja de Reserva Legal, e o próprio

Código Florestal também permite que se faça uso econômico inteligente de parte dessas áreas. Disse que tem, por exemplo, melhorias de prática com etanol mais verde, com as usinas produtoras de cana, do sucroalcooleiro, são parcerias do estado com o setor produtivo, com ganhos na redução de consumo de água e produção de cana, de uns dez anos São Paulo fazendo parcerias, corredores ecológicos pela boa implementação das áreas de APP, desenhos de reserva legal, passando três ou quatro propriedades, permitindo que espécies animais de maior porte possam se locomover no território. Disse que é costume pensar a propriedade de produção rural como aquela que está arrasada, e que o proprietário vai plantar até na parede.

A legislação traz obrigações de como ele tem que fazer uso da propriedade, e essa própria recuperação do Refloresta SP é exatamente o mapeamento de que São Paulo tem um déficit. O Estado de São Paulo, para poder estar dentro do diapasão do Código Florestal, precisa recuperar entre 700 e 800 milhões de hectares, e disse não se lembrar no momento qual é 700 e qual é 800: um é o que sabem que devem recuperar, uma parte desse número é obrigatório pelas propriedades, e o outro é o que se tem mapeado de pasto mal manejado, áreas que têm menor interesse econômico, declividade e que podem, por incentivo econômico, fazer uma recuperação inteligente com o uso econômico, então, de repente, fazer plantio de frutas, plantio em menor escala. Informou que a Sima tem uma área que cuida do Refloresta SP, que são os agrônomos da casa. Disse, ainda, que poderia trazer a informação para 'eles' para que possam ajudar a equipe Fipe a construir um texto que seja na linha do que comentou nesta reunião, e que foi apontado por Marta Grostein, porque há razão nisso, pois, normalmente, quando se fala em proteção, se joga para o sistema de unidade de conservação, e não é. Citou como exemplo quando remete à Resex, RDS, está se falando de uma figura de proteção específica de unidade de proteção, e aqui estão falando de boas práticas em área produtiva, em área privada mesmo, seja urbana seja ela rural, e na urbana, é o que foi falado pela equipe Fipe, que são os Parques Lineares, o IPTU Verde, arborização urbana, que no rural também tem. Disse achar que é mais nesse campo, e por esta razão o ICMS incentiva, assim como o Refloresta SP, porque há espaço para isso. Disse que pediu a Lúcia para ver o indicador de fragmentos da Sima, e é muito ruim os fragmentos florestais na região, pois quando há fragmentos mais robustos, traçar estratégias de conectividade, como Campinas propôs, e foi colocado no PDUI desta região os corredores ecológicos, o Reconecta, parece mais frágil, parece que terá que se estabelecer uma boa prática para, quem sabe, no futuro, se ter uma melhor relação. Colocou que, por exemplo, não consegue pensar na figura de unidade de conservação, que não sabe se teria espaço para uma ou outra RPPN, em caráter privado, particular, monumento natural de menor escala, porque realmente é muito ruim, e como comentado por Rovena, o desafio parece muito forte na boa relação com o rural. Quanto ao urbano, como Rafael ou Marlon comentaram, vai se expandir 'dando um pouco a letra', um ou outro equipamento que vai crescendo com outro lado, agendando a urbanização de amanhã, e não lhe parece que é uma hiper preocupação, mas disse achar que talvez, casar a diretriz de prática do rural para o urbano ajude, independente de que tipo de área será, ela deve ser zelosa com a área e a biodiversidade.

Disse que gostaria de destacar um pouco de seu próprio comentário, que para a Sima, no ZEE, aparece o indicador muito ruim de erosão na região, e Lúcia e Márcia que o corrijam, caso esteja equivocado, erosão é um problema muito sério no centro-oeste do estado, que, embora não se tenha deslizamentos, escorregamentos, conforme foi falado, até pela topografia, erosão, pela má prática do uso do solo, é um problema muito sério, porque é problema para o processo produtivo rural, uma

vez que as áreas ficam com menor capacidade de produção, desqualifica a propriedade e, ambientalmente, é muito ruim, pois carrega solo para o rio, fica sem cobertura, é resultado da ausência de cobertura vegetal. A erosão que já tinham percebido no ZEE, é algo que talvez se possa pensar em diretrizes de bom manejo do solo para combate à erosão. Em relação a mudanças climáticas, disse que a equipe Fipe fez uma bela [análise], que ficou ótimo, que a Sima usou as projeções climáticas no ZEE, e essa região é apontada com aumento de temperatura no cenário de projeções climáticas, o que é uma bomba relógio, porque há um aumento das queimadas, há uma estrutura agrária que deve se manter, que não é algo que está em reversão, ao contrário. Há uma disputa ali entre cana e laranja, e a projeção de aumento de temperatura com queimada crescente, ou seja, projetos de corta fogo, prevenções às queimadas nessas regiões, são essenciais.

Disse que há também projeção de período de estiagem, que, somado à questão da água, que é toda a diretriz que está levando ao desenho do macrozoneamento, essa questão da estiagem é um problema sério, porque tem uma região que precisa da água para o setor econômico e, lhe parece, que tem aumentado os períodos de estiagem com a projeção climática. Portanto, boa zeladoria sobre a água também significa ser resiliente caso esse processo realmente ocorra. Quanto à questão das emissões de gases de efeito estufa, disse achar que uma diretriz boa para as regiões metropolitanas é a de uso de combustíveis renováveis, em especial, para as frotas públicas, que é sempre interessante, pois fomentam o uso. Disse saberem que a parcela é muito menor do que a emissão dos automóveis, que não sabe como é o transporte metropolitano, como ele vai se organizar nessa região, com EMTU. Disse que a compra pública, quando o estado diz que vai colocar a frota e esta será a etanol ou diesel, há uma força no processo, que nas conversas que têm com os prestadores de serviço de transportes municipais dizem sempre que não há incentivo, qual é o ganho, daí a dificuldade, mas talvez haja algo a se pensar sobre a questão, e disse que vai conversar internamente [na Sima].

Fechou os comentários com a questão do saneamento, o qual foi bem abordado por Rovena e Rafael, e diz respeito ao problema principal na região em relação à água, que é o agronegócio, mas, ao que lhe parece, as infraestruturas instaladas para saneamento não estão operando no seu melhor, que esse é o tipo de região em que é necessário que se faça tudo que puder para melhorar a água, pois, salvo engano, os números do desempenho são ruins pela tabela apresentada, significa o desempenho para infraestrutura instalada. Sobre a questão dos resíduos, também comentada na apresentação, disse que existe o consórcio na região, mas é pouco, é frágil, são consórcios fragmentados, cada um com três ou quatro municípios. Disse que a política da secretaria tem sido no sentido de organizá-los e fortalecê-los, e acha que seria interessante que o PDUI carregasse, pois não é mais possível tratar de resíduo individualmente, pois não conseguem, é como a equipe Fipe apresentou, aterro com vida útil no fim, correr para encontrar território, e o agronegócio não vai abrir mão de área plantada de cana para fazer aterro, ninguém quer aterro próximo da cidade, o que gera uma crise. Disse que talvez essa questão poderia ser uma diretriz interessante, dar atenção para os resíduos e das soluções consorciadas. Passou então a palavra à equipe da Sima para que fizessem seus comentários.

Márcia Itani – Sima disse que a equipe quer complementar duas questões relativas aos cenários – Lúcia e Shimbo, e lembrar que as notas técnicas que perfazem o conjunto da proposta de zoneamento ecológico-econômico são materiais que a equipe Fipe já deve ter consultado, e que tem vários desses dados que o Gil comentou e que estão especializados.

Lúcia Souza – CPLA-ZEE disse que a equipe Fipe apontou vários temas, dados que são absolutamente convergentes com os apontados pela Sima. Colocou que, na metodologia de criação de diretrizes para cada zona, se deu a partir da criticidade de determinados indicadores, para traçar um conjunto de diretrizes aplicáveis, e que quando a equipe Fipe chegar no momento de estabelecer diretrizes, seria importante consultar as diretrizes aplicáveis criadas para o ZEE. Disse que os dados apontados pela Fipe sobre cobertura vegetal, a falta de UCs, disponibilidade hídrica, consultar as diretrizes aplicadas criadas especificamente para esses indicadores críticos. Disse, ainda, ter ficado satisfeita com o resultado do trabalho e a conjugação com o trabalho do ZEE, porque um de seus pressupostos é a integração de políticas públicas e o subsídio entre políticas, pois um dos objetivos do ZEE vem sendo materializado. Mencionou que essa conjugação de palavras – conservação com produção – faz todo o sentido, e que diria além: a conservação para manter a produção, que, neste caso particular, o que estão vendo é isso, a agropecuária tem um peso enorme nessa região e, essencialmente, depende da segurança hídrica, e que não atentar para essas questões ambientais, a própria produção e a liberdade econômica serão inviáveis, principalmente, nesse cenário de projeções climáticas, que aponta um aumento de 4° na temperatura, aumento da estiagem e diminuição de precipitação.

Heitor Shimbo Carmona – CPLA/Sima parabenizou o trabalho da equipe Fipe, achou importante que chamem a atenção para a questão da segurança hídrica, e o cenário do zoneamento ecológico-econômico, também apontando nessa direção, tanto na questão do balanço hídrico e a disponibilidade hídrica per capita. Disse que nos cenários a questão é preocupante, visto que existe a tendência do agravamento, além da tendência de ocorrência de incêndios, assunto que também está sendo apontado nos cenários como algo preocupante nessa região, que vale ser reforçada. Apontou para a questão do aumento da área rural irrigada, que tem a ver com a questão da segurança hídrica e com as projeções das mudanças climáticas.

Rovena Negreiros – Fipe chamou a atenção para uma questão que é muito mais econômica, de que do ponto de vista do PDUI, e disse que não sabe precisar o quanto a equipe do PDUI e a equipe da Sima, que faz controle e planejamento ambiental, se atentaram: parte dos municípios da região de São José do Rio Preto usa captação de água superficial e outros usam água subterrânea, estas últimas não atingem o Aquífero Guarani, mas fazem uso da água subterrânea. O município de Olímpia, que surpreendeu a equipe Fipe, só é esse polo aquático porque, no passado, a Petrobras perfurou a região em busca de petróleo e encontrou água mineral, e Olímpia, quer dizer, o mercado, fez o parque aquático. Olhando para o cenário internacional, sob o ponto de vista da energia renovável, e etanol é energia renovável, disse não saber o quanto isso pode pressionar e levar que essa estrutura de produção do agronegócio em cima da cana, leve a uma perfuração, ainda que seja cara, pois foi bancada pela Petrobras e Olímpia ganhou de presente para atender uma demanda de mercado internacional de etanol, o que será um problema ambiental para o Estado de São Paulo. Disse ainda que a questão é do ponto de vista energético, que tem a ver com demandas internacionais, porque depois do petróleo, que é o primeiro item da pauta do PIB do estado e o segundo é a cana, todos estão ligados à energia. Complementou dizendo que a soja já está entrando nessa região, e provavelmente a laranja, que deixou de ser tão rentável, mas a cana pensa que não, essa região que está chamando de cultura perene poderá não ter cultura perene nenhuma e ter soja e cana competindo durante um certo período, e tudo será determinado, uma vez que são culturas que se renovam, do preço internacional, o que demandará mais água, e o

custo de perfuração dos aquíferos subterrâneos pode compensar o produtor, pois quando o preço internacional está ótimo, o produtor vende em dólar. Perguntou como a Sima trabalha com essas variáveis econômicas.

Gil Scatena – Sima, antes de responder à pergunta de Rovena Negreiros, comentou um ponto da fala de Shimbo de que a Sima tem uma iniciativa, o Programa Municípios Paulistas Resilientes, em que os municípios são capacitados para elaborar planos de resiliência, e São José do Rio Preto foi um deles, e já lançaram alguns resultados parciais, e os dados deste município estão confirmando o que a Sima havia projetado para muito tempo, para 2050, em relação às mudanças climáticas. Se comprometeu a enviar para a equipe Fipe a apresentação do compilado desses dados dos municípios de São José do Rio Preto, que inclusive fala de parque linear, e que pode ser útil para a Fipe.

Rovena Negreiros – Fipe convidou César e Amorim para fazerem uma avaliação dessas questões que estão discutindo. Se dirigindo a César, disse que na região em questão existem muitos serviços autônomos, que têm um nível de atendimento de água e esgoto altos, o que também pressiona a água, portanto, existem contradições ou implicações de conflitos de toda natureza. Pediu que, na sequência das considerações de César, gostaria de ouvir Amorim e Cantarani sobre a questão da energia renovável, do etanol.

César Louvison – Coordenadoria de Saneamento agradeceu o convite, apesar de ter vindo um pouco em cima da hora, e não pode ouvir o tempo necessário para que se detivesse numa análise mais precisa da região. Disse que, embora esteja nesta reunião representando a Coordenadoria de Saneamento, vem da Coordenadoria de Recursos Hídricos, onde esteve nos últimos dez anos, e que o Plano Estadual de Recursos Hídricos já apontava essas dificuldades, às quais o PDUI se refere. Disse que sempre tiveram o cuidado de não ferir, digamos assim, as autonomias municipais e regionais, pelo contrário, tanto na área de recursos hídricos como na área de saneamento a diretriz principal é tentar estimular ao máximo que haja o encontro, porque sabem a realidade, tanto dos municípios maiores, no caso de São José do Rio Preto, que é uma potência na região, quanto dos pequenos municípios. Disse que, há muitos anos, quando dava aulas em José Bonifácio, se lembra que, ao percorrer as rodovias, percebia as diferentes realidades nas paisagens geográficas. Sobre o saneamento, disse estarem concluindo o Plano Estadual de Saneamento, e pediu que a equipe Fipe enviasse a apresentação para compartilhar com os colegas da coordenadoria, porque estão entrando numa fase do plano de saneamento, que é exatamente o de propor programas, já que está realizado o diagnóstico do estado como um todo, e propõem metas, programas e projetos para essas soluções. Disse que pelo que a equipe FIPE demonstrou, crê que grande parte das dificuldades se dá pelo fato de estarem recortados por quatro ou cinco Comitês de Bacias, que não há uma unidade, e pelo seu entendimento o Comitê de Bacia é o primeiro passo para resolução dos conflitos que envolvem os recursos hídricos, e que este recorte múltiplo talvez também contribua, que vale marcar uma reunião com as equipes dos recursos hídricos destes comitês de bacia, em particular, para ver como eles estão pensando essa realidade, que antecipa as questões climáticas, como mencionado por Gil.

Em relação aos resíduos sólidos, disse que podem apresentar uma contribuição, uma vez que é uma preocupação da Coordenadoria de Saneamento e que estão implementando as metas do plano de resíduos, que foi revisto pela CPLA em 2020. Disse que são 48 metas para o estado e o objetivo principal é estimular os consórcios para que as soluções sejam integradas, principalmente as

relativas aos aterros e mesmo com outras formas que evitem que os resíduos viajem pelo estado, embora não se descarte esta possibilidade. Disse terem visto algumas alternativas que podem ser interessantes, como, por exemplo, o transporte ferroviário, que vai carregado de suprimentos agrícolas e volta vazio. Finalizou suas colocações dizendo que a Coordenadoria de Saneamento está à disposição para o que for necessário.

Rovena Negreiros – Fipe perguntou a César se ele poderia organizar a reunião dos quatro Comitês de Bacias.

César Louvison – Coordenadoria de Saneamento respondeu que pode colocar a equipe Fipe em contato com a Coordenadora de Recursos Hídricos e pediu um número de telefone e e-mail para esse contato.

Rovena Negreiros – Fipe agradeceu a César e disse que essa alternativa do consórcio que colocou tem sido uma prática que a equipe Fipe também adotou, de estimular esses consórcios e tentar que os aterros sanitários não fiquem fora da própria região para, assim, diminuir esses transbordos tão longos, como um conjunto de municípios que manda para Catanduva, fora da região de origem. Disse que muitos municípios têm soluções autônomas de aterro, prática adotada nos outros PDUIs, como estímulo para que esses aterros se concentrem dentro da própria região e que sejam até mais de um aterro, pois as distâncias são muitas longas nestas regiões, como Franca, Ribeirão Preto e agora São José do Rio Preto, não são regiões com distâncias tão curtas, como Jundiaí, por exemplo, que ainda que tenha problemas ambientais ou ativos ambientais relevantes, a área da região é muito pequena.

César Louvison – Coordenadoria de Saneamento acrescentou que na semana anterior à reunião estiveram em uma reunião com a Única, exatamente para pensar, já que eles produzem energia a partir do bagaço da cana, para ver a possibilidade de um *blend*, de uma mistura do bagaço da cana com o que chamam de CDR (Combustível Derivado de Resíduos), que é o combustível derivado de resíduos, alternativa que poderá trazer bons resultados.

José Amorim – Coordenadoria de Energias Elétrica e Renováveis iniciou suas considerações parabenizando a equipe Fipe pela elaboração do PDUI, que segue com uma boa estrutura e qualidade. Disse que essa região tem como motriz São José do Rio Preto e que, em referência à energia, este município é o foco da energia na região, e tem como característica um crescimento urbano muito grande e muito rápido nos últimos anos, principalmente de serviços, com tendência a continuar nos próximos anos. Sobre a questão da energia elétrica, esta é a região que menos preocupa no Estado de São Paulo e São José do Rio Preto sempre foi bem avaliada e com reforços muito grandes na questão de energia. Para se ter uma ideia, o município conta com sete subestações de energia, que são supridas por uma subestação enorme chamado Mirassol da Cetesb 440 KV, que capta energia da Usina de Água Vermelha e Ilha Solteira, além de ser suprida por uma subestação da Cetesb chamada de São José do Rio Preto, e que, portanto, ela tem alternativas de suprimento e ainda está em evolução com reforços do sistema, trazendo confiabilidade do sistema São José do Rio Preto e Mirassol, que é um polo industrial muito grande.

Disse que existe uma preocupação com o crescimento desordenado de Olímpia, para a qual estão previstos reforços de atendimento para essa região devido ao incremento do turismo. Concordou com a questão das praias, e que pode acontecer na região de Paulo de Faria a mesma condição que ocorreu em Rifaina com o aproveitamento da praia do Rio Grande.

Disse que a região é propícia para a geração de energia fotovoltaica, na modalidade de geração distribuída GD. Pela avaliação anual feita pela coordenadoria, a região ficou em 4º lugar no ano passado no estado, em número de unidades instaladas, e em 3º lugar em potência instalada, ficando entre as cinco cidades de São Paulo com maior número de instalação de energia fotovoltaica na modalidade de geração distribuída. Essa região não possui grandes usinas fotovoltaicas, as instalações serão um pouco mais à esquerda da região, não muito distante.

Outro ponto que comentou e que lhe chamou a atenção diz respeito à questão rural, em que verificou que a grande carga, o consumo de energia nessa região é residencial e comercial, sendo baixo o consumo no rural, e que é estranho na medida em que foi comentado que a irrigação precisa de energia, e nessa região o consumo está na faixa dos 8% a 10%, não é muito acentuado com relação ao consumo industrial. Colocou que o que se vê é um crescimento no segmento de serviços.

Sobre a questão da biomassa, disse que, no seu entendimento, são necessários mais estudos e mais informações, e, pelo que consta, essa região tem uma usina de biomassa chamada Guarani, e não sabe da existência de outras. Sobre o incremento da cana-de-açúcar, disse que se dará onde houver usinas de açúcar, as terras que são locadas para a cana ficam próximas das usinas nessa região e pelo que viu, só existe uma, e que precisaria avaliar melhor o mapa apresentado e a questão das usinas. Disse que, para ele, também não ficou clara o suficiente a questão do rural e esse relacionamento com a crise hídrica.

Informou que estão elaborando o Plano Estadual de Energia, que tem um capítulo relativo à biomassa, e que deve sair ainda este ano, e o PDUI deve estar aderente a este plano. Sobre a questão da matriz energética da região, disse que precisa revisar, pois não conseguiu identificar os números apresentados, se estão aderentes.

Rovena Negreiros – Fipe informou que as apresentações serão enviadas aos participantes da reunião, para que verifiquem se as informações estão corretas.

Sobre a colocação feita por Amorim de que o consumo de energia na região é concentrado no residencial e no comercial, e que a energia para irrigação no rural é baixa, disse estar inferindo que a atividade rural não pressionaria os recursos hídricos na medida em que a irrigação demanda energia e essa energia é baixa. Perguntou se existe alguma tecnologia para irrigação, que demande pouca energia, como é a lâmpada de LED para o consumo residencial, que diminui o consumo de energia.

José Amorim – Coordenadoria de Energias Elétrica e Renováveis disse não conhecer, mas acredita que, no futuro, poderão utilizar novas tecnologias, como uma bateria fotovoltaica, mas hoje não.

Rovena Negreiros – Fipe perguntou a Amorim se já tem algo escrito do capítulo sobre biomassa do Plano Estadual de Energia, porque o plano anterior já tinha algo sobre a questão. Houve avanços em relação ao plano anterior, para que a equipe Fipe possa fazer as aderências sugeridas em relação ao PDUI.

José Amorim – Coordenadoria de Energias Elétrica e Renováveis respondeu que este plano será uma atualização do anterior com uma visão para 2050. Disse que ainda não tem resultados, que está em fase inicial, que esperam ter resultados, inclusive para ser levado à COP este ano.

Rovena Negreiros – Fipe pediu a Amorim que, se pudesse enviar pelo menos um rascunho para a equipe Fipe, pois em outubro farão as diretrizes para o PDUI, e este documento será importante

para o alinhamento das possíveis aderências do PDUI a esse plano. Esclareceu que as reuniões que estão sendo feitas com os setoriais do Estado são exatamente para o alinhamento com as políticas setoriais, que o PDUI faz política de organização do território, olha para as políticas setoriais e absorve o que contribui para o ordenamento territorial.

Perguntou se alguém mais gostaria de dar alguma contribuição.

Lucia Souza – CPLA-ZEE perguntou se a equipe Fipe acessou e se tem as Notas Técnicas da proposta do Zoneamento Ecológico-Econômico.

Felipe Dias – Fipe respondeu que sim, inclusive para ver a relação das variáveis e os pesos.

Marlon Longo – Fipe informou que já começaram a escrever as diretrizes da macrozona e que serão compartilhadas na próxima rodada de reuniões com os representantes da Sima, e que as ideias trazidas pela Sima são ótimas para serem incluídas nas diretrizes. Disse que a reunião de hoje era para mostrar o diagnóstico, mas que deram um passo além.

Rovena Negreiros – Fipe disse que é sempre uma conversa de mão dupla, que os representantes da Sima deram insumos para o avanço nas diretrizes e que ficou de enviar o Power Point da apresentação para a equipe da Sima, pois, devido ao período eleitoral, não foi possível publicar na plataforma digital do PDUI de São José do Rio Preto, e que estão vendo a possibilidade de criar uma plataforma no site da Fipe.

Não havendo mais contribuições, encerrou a reunião agradecendo a disponibilidade e as contribuições dos representantes da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente, e fica no aguardo de um retorno de César Louvison sobre os contatos com os Comitês de Bacias, visto que, em breve, ocorrerão as oficinas regionais da região, sendo a presença desses comitês de extrema importância. Disse ainda que tão logo a equipe Fipe tenha documentos propositivos, estes serão encaminhados à Sima antes das audiências públicas.

Encaminhamentos:

Fipe:

Enviar a apresentação do diagnóstico para as equipes Sima.

Sima:

Gil Scatena ficou de enviar a apresentação do compilado dos dados dos municípios de São José do Rio Preto (do Programa Municípios Paulistas Resilientes) que fala sobre parque linear.

César Louvison mediar/enviar os contatos dos Comitês de Bacias Hidrográficas para equipe Fipe.

GT PLANEJAMENTO TERRITORIAL (MACROZONEAMENTO)

Data: 12/09/2022 – 11h às 13h

Participantes:

CDHU: Mariana de Sylos Rudge

CDHU: Maria Cláudia Pereira de Souza

CDHU: Mônica Therezinha Bartie Rossi

Cidade Legal: Regina Pinho

Itesp: Thiago Gobbo

Fipe:

Rovena Negreiros

Marta Grostein

Maria Lúcia Camargo

Marlon Longo

Rafael Costa

Roberta Fontan

Geni A. Toffoli

Oziel Carneiro

Carolina Braga

Sarah Rolindo

Abertura:

Rovena Negreiros – Fipe informou que Thiago Gobbo do Itesp está em uma reunião e que entrará mais tarde, mas que há muitos assuntos para tratar com Regina sobre a área rural, que é importante em São José do Rio Preto, diz que o nível de informalidade é mais baixo, pois é de agricultura de exportação e precisam de várias certificações, que o problema fundiário rural é menor que a questão urbana.

Agradeceu a presença de todos os parceiros de outros PDUIs, finalizados em julho deste ano, e, pela disponibilidade, ao programa Cidade Legal e à equipe da Secretaria de Habitação, liderada por Maria Cláudia.

Maria Cláudia – CDHU disse que não conseguiu baixar o documento de Piracicaba na plataforma digital, devido à indisponibilidade de acesso pelo período eleitoral.

Rovena Negreiros – Fipe se comprometeu a enviar por email os arquivos finais dos documentos centrais: o P13, que apresenta as propostas das Funções Públicas de Interesse Comum (FPICs), o P14, do macrozoneamento, e a minuta do projeto de lei.. Informou que fizeram uma reunião na chamada Câmara Temática do PDUI dessas regiões, a fim de apresentar os resultados finais, e que agora o governo está aguardando o final do período eleitoral para fazer as reuniões do conselho para deliberação e aprovação e, posteriormente, seguir para a Assembleia Legislativa para aprovação. Disse que, no caso de Piracicaba, o Luciano, que vai trocar o mandato brevemente, fez duas reuniões na tentativa de aprovação, mas não inseriram a sociedade civil, e o Ministério Público interveio.

Quanto à região de São José do Rio Preto, disse que no macrozoneamento há um problema de segurança hídrica grande e, por este motivo, criaram uma zona para tentar reverter a questão na região.

Passou a palavra a Marta Grostein, coordenadora executiva do projeto, para suas considerações iniciais, em seguida para Marlon Longo, coordenador da unidade regional, para o início das apresentações.

Marta Grostein – Fipe cumprimentou e deu boas-vindas a todos, agradecendo a colaboração do pessoal da habitação, que são nossos conhecidos há muito tempo.

Marlon Longo – Fipe cumprimentou a todos e deu início à apresentação, que será dividida em duas partes, sendo a primeira a contextualização da região e a segunda, relativa aos dados e cenário regional, apresentada por Rafael.

Maria Cláudia – CDHU perguntou se a fonte da estimativa de crescimento populacional para os próximos dez anos é da Fundação Seade.

Rovena Negreiros – Fipe respondeu que o cálculo é da Fundação Seade, e que a população de 150 mil, que vai crescer em idosos, não demandará novas habitações, porque é uma população que já está alocada. Ressaltou a importância na redução de jovens e o impacto na mão de obra, para cidades como Olímpia, na perspectiva turística, e na agricultura de cidades como São José, Mirassol, Bady Bassitt, Cedral e Olímpia, no âmbito de mão de obra qualificada para operar máquinas computadorizadas.

Rovena Negreiros – Fipe argumentou que o relevante dessa área seria saber a dimensão desses núcleos que eles estão trabalhando, porque eles só vão regularizar se os parâmetros urbanísticos tiverem conformidade. O importante é essa diretriz da densidade para garantir que não se ocupe as áreas de preservação permanente.

Marlon Longo – Fipe disse que o ideal seria conseguir a localização desses empreendimentos, para saber se eles estão dentro ou fora da macrozona de segurança hídrica.

Rovena Negreiros – Fipe perguntou se Regina Pinho consegue localizar isso territorialmente.

Regina Pinho – Cidade Legal respondeu que tiveram um último trabalho onde os consórcios das empresas fizeram o mapeamento e o que eles chamam de georreferenciamento.

Rovena Negreiros – Fipe disse que é importante a lista dos que estão conveniados e dos que estão cadastrados para se conveniar porque tem um panorama significativo da demanda de regularização para os municípios. Porque se verifica o vetor de requalificação urbana que está acontecendo a partir do Programa Cidade Legal.

Regina Pinho – Cidade Legal respondeu que consegue a lista.

Rovena Negreiros – Fipe passou a palavra a Maria Lúcia – Fipe.

Maria Lúcia Camargo – Fipe cumprimentou a todos e perguntou a Regina Pinho como são essas fases e como são classificadas. Quais são os principais obstáculos para chegar numa fase final para dar o diploma da regularização fundiária para o município. E por quantos anos os municípios podem ficar no programa.

Regina Pinho – Cidade Legal respondeu que a fase inicial são os produtos, que são trabalhos abertos para as empresas, chamados de busca documental, onde se analisa se o núcleo não é

de baixa renda ou é de baixa renda, se não está registrado, se tem a parte de APP, de problema ambiental. Na fase intermediária, se inicia um levantamento topográfico, o projeto urbanístico e o memorial descritivo. A fase final são as assessorias que passam pelos consórcios, ou a própria atuação da prefeitura em conjunto para chegar ao cartório, até o registro. O maior problema de demora é na hora que chega ao cartório, sendo a fase mais complicada.

Rovena Negreiros – Fipe perguntou se o fato de os municípios não terem dinheiro para fazer os investimentos de infraestrutura não se tornaria um gargalo no prazo.

Regina Pinho – Cidade Legal respondeu que, normalmente, se o município não tem a verba, ele não coloca esse núcleo como principal.

Maria Cláudia – CDHU complementou dizendo que eles assinam o termo de compromisso, que vai ao cartório, e que eles vão ser cobrados da implantação. Que a regularização não significa que a urbanização está pronta. Significa apenas que existe o compromisso de cumprir com os itens de infraestrutura.

Regina Pinho – Cidade Legal respondeu que não há muitos casos desses e que a maioria chega pronto ou muito avançado.

Marta Grostein – Fipe colocou que, no caso do PDUI, interessa a questão da vulnerabilidade urbano-ambiental, da situação desses empreendimentos, e que talvez basta o mapeamento dos que estão incluídos pelo município com a legenda: enviados para a regularização. E os outros teriam a mesma cor, um de enviado e o outro não. A vulnerabilidade é semelhante.

Rovena Negreiros – Fipe disse que, na realidade, tem uma lista que eles cadastram e tem a lista que ainda não está cadastrado. Que o município tem um interesse, mas ele nem cadastrou.

Marta Grostein – Fipe colocou que Marlon, provavelmente, já mapeou e identificou essa mancha. Que teria essa diferenciação entre o que está mapeado: seria vulnerabilidade urbano-ambiental e hachurado nos que estão em processo de regularização, ou foram encaminhados para a regularização.

Rovena Negreiros – Fipe perguntou se é em relação àqueles assentamentos colocados como subnormal e quais deles estão dentro do programa.

Marta Grostein – Fipe respondeu que teria essa diferenciação na legenda: vulnerabilidade urbano-ambiental, de assentamentos. E assentamentos em processo de regularização ou encaminhados para regularização, porque não entraria no detalhe do que estaria no cartório.

Rovena Negreiros – Fipe colocou que a questão é saber a perspectiva territorial de programas de regularização fundiária e que, portanto, inclui a regularização urbanística.

Regina Pinho – Cidade Legal disse que, no caso dela, a fase intermediária já estaria um pouco avançada, mas, se não teve nenhum trabalho, estaria na fase inicial. Se estiver incluído no programa, foi visto pela prefeitura que ela quer, não é prioridade, estaria muito no início, e se tiver que fazer algum trabalho, esses núcleos podem ser considerados como núcleos de prioridade.

Rovena Negreiros – Fipe disse que se tem a dimensão do problema e a tendência de priorização. Cumprimentou Thiago Gobbo do Itesp.

Thiago Gobbo – Itesp cumprimentou a todos, pediu desculpas pelo atraso, porque acabou combinando uma reunião sobre a outra.

Rovena Negreiros – Fipe perguntou se Thiago viu a apresentação do macrozoneamento.

Thiago Gobbo – Itesp disse que entendeu a apresentação das macrozonas, e colocou que, em relação à regularização fundiária, a atuação do Itesp não é muito forte na região, que não tem escritório regional na região. Disse que o único município que atenderam na região metropolitana foi Tanabi, que inclusive entregaram neste ano 314 títulos num bairro mais afastado, e que pode entregar para a equipe Fipe *shape* que talvez facilite para se ter uma noção do projeto que foi aprovado, registrado em cartório.

Rovena Negreiros – Fipe perguntou se os títulos que o Itesp entregou em Tanabi são de áreas de agricultura.

Thiago Gobbo – Itesp respondeu que tanto na área rural quanto urbana. Coloca que o Itesp tem uma atuação bastante grande na questão da gestão do patrimônio público, terras devolutas e também atuam, em especial, nas regiões com o IDH mais baixo em pequenos municípios, com a questão da regularização fundiária, tanto urbana quanto rural.

Marlon Longo – Fipe argumentou que existe em geral uma certa invisibilidade desses dados do interior do estado e considera que é bom consolidar o relatório do diagnóstico com tais informações, que existe vulnerabilidade e que o estado atua em várias frentes.

Rovena Negreiros – Fipe perguntou se o Itesp só atuou concretamente em Tanabi, e se não teve atuação em São José do Rio Preto em relação aos problemas relatados neste município.

Thiago Gobbo – Itesp respondeu que o Itesp não tem uma atuação muito grande na região, devido à falta do escritório regional, e também por essa questão do IDH da região. Em relação a Tanabi, disse que o convênio vence agora. Já em relação ao Cidade Legal, o *time* de duração dessas parcerias, diz que tem um convênio com duração de cinco anos, com eventualmente um ano de extraordinário, muitas vezes alguma questão de cartório que está sendo resolvida. Praticamente seis de atuação. Disse, ainda, que a diferença em geral é que o Itesp acaba atuando com um corpo técnico próprio, que é pequeno, daí a limitação de atuação.

Regina Pinho – Cidade Legal complementou dizendo que o convênio para o Cidade Legal se renova todo ano e, na realidade, não se usa recurso nenhum da prefeitura, apenas recurso do estado, se têm as empresas, onde se abrem produtos, consegue pagar.

Thiago Gobbo – Itesp colocou que o Itesp, no convênio deles, não tem repasse de recursos. O município entra com uma contrapartida, que não é financeira, mas muitas vezes tem que fazer um alojamento, ceder alimentação para os funcionários do Itesp, e o Itesp entra com equipamentos e o pessoal deles. Então, tem essa pequena diferença de atuação.

Maria Cláudia – CDHU afirmou que está bem interessante o cruzamento territorial que fizeram para essa região metropolitana. Talvez pelo ZEE que tenha avançado e os dados que foram buscados. Considerou que o resultado do macrozoneamento é relevante, que ele pode ser um subsídio e também os mapas que estão por trás desse macrozoneamento são interessantes. Com relação à região metropolitana, disse que tem potencialmente os mesmos problemas das regiões metropolitanas consolidadas. Na verdade, ressaltou que nem sabe se é uma região metropolitana efe-

tivamente, mas tratar regionalmente é muito importante porque tem toda uma complexidade, da questão hídrica e ambiental, e os municípios se enxergarem dentro dessa dinâmica. Com relação à habitação, disse que o desafio é pensar as diretrizes habitacionais sobre o macrozoneamento, essas áreas onde tem conflito de funções, onde tem uma função ambiental importante, por outro lado, é a mesma onde acontece a vulnerabilidade, onde acontece a necessidade de pensar em como conciliar a expansão urbana com a função primordial do território, que é grande desafio, talvez devessem ser áreas onde os programas fossem muito mais de recuperação urbana, de programas que estivessem associados à regularização fundiária, mas prevendo, provavelmente, reassentamento habitacional, que o Grapohab está trabalhando com isso, provavelmente os núcleos mais difíceis acabam não entrando, porque demandariam essa produção habitacional de apoio, mas isso passa, na verdade, pela visão dos municípios com relação a esses problemas, efetivamente. Não entender que é apenas uma questão de regularização, mas é uma questão muito mais ampla do que isso. Perguntou que tipo de dinâmica a Fipe faria com os municípios, pois as informações que se tem como referência são de 2010, da pesquisa feita com os municípios, se acontecer alguma dinâmica para os municípios de confirmarem ou não, de atualizarem essas informações, pensa que poderia ser uma coisa interessante, obter algo mais consistente do que essa informação tão antiga para o processo do PDUI. E, com as informações que a equipe FIPE está espacializando, da vulnerabilidade, isso ajudaria o município a se enxergar talvez com a questão da precariedade habitacional e urbana nesses locais. Ressaltou que a indicação de procurar efetivamente a produção habitacional da CDHU está no site. Que tem inclusive municípios que estão com as inscrições abertas, ou seja, ainda não estão os empreendimentos prontos, mas eles estão em andamento e as inscrições estão abertas para sorteio, informações estas disponíveis no site. Perguntou se teriam alguma questão que gostariam de discutir com relação a alguma coisa mais central da política habitacional. Sobre os espaços que têm essa dinâmica, de produção agrícola, agronegócio tão forte, a questão não seria de habitação rural, a questão seria de habitação nas áreas urbanas para dar subsídio para uma questão de uma agricultura cada vez mais sofisticada, do ponto de vista da forma de gestão. Teria que se olhar para a região com as potencialidades que ela tem.

Rovena Negreiros – Fipe disse que fizeram o levantamento por meio de contatos com a prefeitura, via e-mail e telefone, com grande dificuldade de acessar pessoas-chave, e mais ainda do *staff* técnico da prefeitura ter noção do que é PDUI, região metropolitana. Explicou que essa região foi criada há um ano, a Secretaria de Desenvolvimento Regional aditou esse contrato, aditou esse contrato a partir de julho, assim, ao contrário dos outros PDUIs, cujo prazo foi de um ano, este de São José do Rio Preto tem prazo de entrega até dezembro deste ano. Disse que equipe Fipe fez o levantamento da legislação, boa parte dos municípios não tem plano diretor, legislação urbanística, e que ainda assim foi enviada a leitura do território, da legislação, e não tiveram resposta, que o dia a dia de prefeitura não é fácil, e para um tema que está longe do dia a dia deles, vira o final da linha. Ressaltou que retomarão essa cobrança do retorno, porque é importante que eles se enxerguem na visão dessa leitura territorial, para não se criar conflito no futuro. Disse, ainda, que o Conselho de prefeitos e gestores do Estado de São Paulo, o Conselho de Desenvolvimento foi instituído dia 2 de setembro, então registrou que a equipe Fipe começou a trabalhar sem a institucionalização do conselho. Ressaltou que a ideia seria fazer oficinas regionais com as prefeituras e que a SDR conseguisse agendar para essa semana, mas que ainda não foi possível. Informou que serão oficinas descentralizadas, que não farão com o total dos 37 municípios, serão feitas

com uma média de 12 a 15 municípios cada uma, com previsão de quatro oficinas regionais, e que, nesse sentido, terão a oportunidade de pedir para as prefeituras informações sobre algum núcleo subnormal que eles tenham detectado, até com os números que se tem de 2010, para validar se são só esses mesmos, se apareceram outros, e, à medida que se tenha a informação passada oficialmente pelas prefeituras, eles repassariam. Reafirma que as oficinas ainda não estão agendadas, mas esperam que até o relatório, que será entregue à SDR em outubro, será necessário que as oficinas regionais tenham sido realizadas.

Maria Cláudia – CDHU colocou que, dentre todos os desafios que se tem de assuntos mais complexos, esse seria um assunto mais fácil de visualização e poderia ajudar a olhar isso na região mais delicada e vulnerável.

Rovena Negreiros – Fipe afirmou que, se tiver alguma outra informação, seria compartilhada aos representantes presentes. Coloca que a equipe Fipe vai começar a trabalhar no macrozoneamento preliminar, que será levado para as oficinas, a fim de ser revisto a partir dessas oficinas e que, posteriormente, será apresentado nas audiências públicas, com a possibilidade de nova revisão. Lembrou que, para ser levado para as audiências públicas, as diretrizes para as macrozonas deverão estar definidas. Disse que em outubro terão as diretrizes e compartilharão, previamente, com os representantes presentes nas audiências públicas.

Maria Cláudia – CDHU disse que, com estas informações em mãos, teriam mais contribuições para as questões habitacionais.

Rovena Negreiros – Fipe perguntou se alguém mais gostaria de fazer alguma consideração. Não havendo mais colocações, solicitou a Thiago Gobbo a lista de Tanabi; à Regina, as informações do Programa Cidade Legal dos 37 municípios, e Maria Cláudia e Mônica já forneceram a informação para consulta ao site da CDHU para reverem a produção da CDHU nesses municípios, para além daqueles que viram no Graprohab. Encerrou a reunião agradecendo a todos os presentes, e reafirmou a urgência em virtude do prazo de cinco meses para a produção e entrega desse PDUI, pois o governo quer estar com esse processo pronto até o final do ano, quando transições devem acontecer.

Encaminhamentos:

Fipe:

Enviar os produtos das outras cinco regiões a Maria Cláudia, Regina e Thiago Gobbo.
Enviar a apresentação aos representantes de órgãos e entidades presentes.

Thiago Gobbo – Itesp:

Enviar à equipe Fipe o *shape* com as informações de regularização fundiária em Tanabi

Regina Pinho – Cidade Legal:

Enviar a lista dos 37 municípios, conveniados ou não.

GT DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (AGRICULTURA)

Data: 22/09/2022 – 15h às 17h

Participantes:

Secretaria de Agricultura e Abastecimento

C. A. Olímpia – Regional Barretos: Ricardo Domingos Luiz Pereira

C. A. Olímpia – Regional Barretos: Fernando Micheletti – Substituto de Ricardo Domingos

C. A. Catanduva – CATI Regional de Catanduva: Ana Beatriz Sacchi

C. A. Olímpia - CATI Regional Barretos: André Fiorotto

C. A. Irapuã – CATI Regional de Catanduva: Francisco Miguel Rumi

Fipe:

Rovena Negreiros

Maria Lúcia Camargo

Geni A. Toffoli

Oziel Carneiro

Roberta Fontan

Marlon Longo

Rafael Costa

Carolina Braga

Sarah Rolindo

Abertura:

Rovena Negreiros – Fipe iniciou a reunião cumprimentando os representantes da Secretaria de Agricultura, disse que a Fipe foi contratada pela Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR) para a elaboração do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) da nova Região Metropolitana de São José do Rio Preto (RMSJRP), criada recentemente. Informou que o processo segue algumas etapas, dentre elas as reuniões com os interlocutores do governo do estado nas temáticas que têm afinidade com o PDUI. Disse que foram feitas reuniões com a Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente, com a Secretaria de Habitação e CDHU, Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Secretaria de Turismo, juntamente com a Desenvolve São Paulo, e com a Secretaria de Logística e Transporte, e agora esta rodada com a Secretaria de Agricultura para discutir um assunto relevante para a região, cuja dinâmica econômica está muito assentada no agronegócio e nos impactos benéficos para a economia, alguns deletérios para as questões ambientais, como queimadas, pressão sobre recursos hídricos, e, por esse motivo, discutir com os representantes da agricultura, inclusive, a logística de carga, que, durante a reunião com o DER, os representantes comentaram sobre a dificuldade de manutenção e de fiscalização das estradas vicinais, devido às rotas de fuga nos pontos onde estão localizadas as balanças móveis para a pesagem da carga.

Disse que essa região é muito irrigada de sistema viário, tem muitas vicinais, e grande relevância para o agronegócio da cana e da laranja. Colocou que a equipe Fipe gostaria de saber dos representantes da Agricultura o que eles veem de gargalos para que o PDUI possa ajudar a não perder esse dinamismo, e tentar propor intervenções que colaborem para minimizar os problemas que o agronegócio apresenta na dinâmica dessa região.

Apresentou a equipe, citando o arquiteto urbanista Marlon Longo, coordenador técnico dessa região, Maria Lúcia Camargo, economista, Roberta Fontan e Rafael Costa, ambos urbanistas, Carolina Braga, economista, e Geni, que elabora as memórias, mapeia as interlocuções de *mailing list*, e a normalização das publicações. Por fim, se apresentou dizendo que é a coordenadora técnica geral do projeto, que esse contrato, que previa a elaboração de seis PDUIs, sendo que foram concluídos os PDUIs de cinco regiões, como Ribeirão Preto, Franca, Piracicaba, Jundiá, Vale do Paraíba e Litoral Norte, e que o PDUI da região de São José do Rio Preto deverá ser finalizado até dezembro deste ano.

Passou a palavra a Marlon Longo para que apresentasse o contexto da região, e em seguida a Maria Lúcia Camargo, para a apresentação da leitura feita pela equipe Fipe baseada em dados coletados, para esclarecimento das dúvidas junto aos técnicos das CATIs presentes. Agradeceu a presença, disponibilidade e participação de todos.

Marlon Longo – Fipe cumprimentou e agradeceu a presença de todos, iniciou a contextualização da região dizendo que o Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) é um plano metropolitano, cujas regiões metropolitanas estabelecidas em lei federal têm por obrigação desenvolver. A Região Metropolitana de São José do Rio Preto foi estabelecida em 2021 por lei estadual, e é composta por 37 municípios. Apresentou um breve cronograma de elaboração do plano, disse que fizeram uma primeira reunião com os prefeitos que formam o Conselho de Desenvolvimento Metropolitano da região, passaram por uma leitura do conjunto de leis, planos diretores, dentre outros, fizeram uma leitura técnica, um panorama da situação da região, e que, neste momento, estão na etapa de participação e de diálogo técnico, os GTs, que se iniciou com os setoriais do estado e, posteriormente, ocorrerá o diálogo técnico com os municípios da região, etapa que vai alimentar o diagnóstico consolidado e se desdobrar no caderno de propostas.

Lembrou que todo esse material vai se consolidar em diretrizes no caderno preliminar de propostas até meados de novembro, pós audiências públicas, para que chegue em dezembro com uma proposta consolidada decorrente do processo participativo, e que este caderno final de proposta seja um anexo, fundamental da minuta do projeto de lei do PDUI. Finalizou sua apresentação e passou a palavra a Maria Lúcia Camargo para que apresentasse a leitura da Região Metropolitana de Rio Preto. Finalizadas as apresentações, as quais serão disponibilizadas aos representantes presentes, e posteriormente ao período eleitoral estarão na plataforma digital do PDUI de São José do Rio Preto, deu-se início às perguntas norteadoras e respectivos comentários.

Maria Lúcia Camargo – Fipe perguntou como os representantes veem essas mudanças de uso e cobertura da terra nessa região metropolitana, como essas culturas distintas, que estão presentes de formas mais expressivas, a cana e a laranja, como está a expansão ou a retração.

Em relação ao preço da terra rural, disse que fizeram um levantamento que surpreendeu pelo alto valor da terra nua, principalmente ao norte da região, em Palestina e Orindiúva. Perguntou aos representantes se isso procede, se perceberam esse avanço dos preços, e se o fator preço pode levar a uma mudança significativa do uso da terra nos próximos anos.

Perguntou aos participantes se achavam melhor colocar todas as questões ou se preferiam que fossem colocadas por temas.

Rovena Negreiros – Fipe disse que seria mais adequado continuar com as duas questões colocadas por Maria Lúcia sobre a transição ou mudança de culturas, possível relação com o preço da terra e quais as tendências de pressão dessas culturas. Disse que a cana e a laranja são significativas, mas se vê a entrada da soja, principal commodity do país, talvez pudessem explorar um pouco esse tema com os representantes da Secretaria de Agricultura.

Maria Lúcia Camargo – Fipe, em complemento às suas questões anteriores, perguntou quais são as adversidades, as vantagens que perceberam ao longo do tempo e que tornam a região mais vulnerável, mais competitiva para determinadas culturas ou lavouras.

Ricardo Domingos – C. A. Olímpia disse que achou a análise bem interessante, é a realidade da região, não só da região de São José do Rio Preto, mas do noroeste paulista, uma expansão ou retração de determinada cultura, cujo principal vetor é o mercado, o preço dessa produção, como, por exemplo, a cana, que ocupou muito espaço da pecuária pelas sucessivas crises na pecuária, com o açúcar cada vez mais valorizado. Disse que essas áreas são basicamente de arrendamento, em que o proprietário não é o explorador, não desenvolve atividade, somente arrenda a terra para usinas ou para outros fornecedores das usinas. Disse que, pelos dados apresentados, a laranja foi uma das principais culturas da região antes da cana, depois perdeu um pouco de espaço, porque sofreu com ataque de pragas e várias doenças, e preços pouco atrativos, abriu espaço para a cana.

Sobre o advento da soja, disse que também é questão de mercado, que tanto a soja como o amendoim, que apresenta expansão grande na região, é uma questão de renovação de canaviais com seis a sete anos, em que se planta soja ou amendoim para fazer a rotação de culturas e voltar no ano seguinte com a cana. Colocou que a soja é muito atrativa, que existem muitas pessoas trabalhando com essa cultura, e que segue aumentando seu espaço. O amendoim estava em ascensão até o ano passado, mas que o grande problema aqui da região é que São Paulo é o maior produtor de amendoim para exportação do país, mas só tem dois mercados, Rússia e Ucrânia, e, como estão em guerra, não estão preocupados com amendoim, logo, a exportação caiu, o preço da saca despencou de R\$ 150,00, R \$170,00, para R\$ 40,00.

Disse que a expansão do amendoim vai cair, e a alternativa será a soja, como renovação dos canaviais. Sobre a borracha, informou que São Paulo é o maior produtor do país, responsável por 60% dessa produção, e que 90% da produção desse produto em São Paulo é da região de São José do Rio Preto. Disse que esta cultura está voltando a se expandir, teve um problema há três ou quatro anos com a mudança na legislação, no que diz respeito à exigência de mudas de bancada, o produtor não conseguiu atender, que muitos viveiristas que faziam muda de chão não conseguiram atender a norma, interromperam a produção, interrompeu a expansão por falta de mudas, mas que existe interesse nessa expansão. Disse ainda que, hoje, essa é uma cultura bastante rentável e muito atrativa, que o entrave que percebem na seringueira é o tempo que leva para gerar receita para a propriedade, e, por este motivo, estão desenvolvendo alguns projetos de integração na região da seringueira com banana e cacau, cultura que começa a ganhar espaço em áreas não tradicionais, e disse acreditar que o cacau poderá transformar a região, pois é uma cultura que agrega valor e gera riqueza.

Reforçou que essa expansão ou retração de culturas depende muito do mercado, que a Secretaria de Agricultura encara isso como uma situação normal, que existe migração de áreas, existe expansão das culturas permanentes, no caso da seringueira, e que, no caso da laranja, é problema

fitossanitário, que a tendência da laranja é diminuir cada vez mais, exceto em alguns municípios, como Irapuã, que é mais forte na produção do limão, da lima ácida, que tem mercado de exportação mais organizado.

Sobre a questão do valor da terra nua (VTN) em Orindiúva e Palestina, disse preocupar um pouco, pois existe um levantamento feito pela Secretaria de Agricultura, chega nessa equação e dependendo do valor, que é oficializado ou declarado pelas prefeituras, entendem que está um pouco acima do que realmente pode ser avaliado, porque existe interesse da prefeitura em impostos, e, quanto maior o valor, mais ela vai arrecadar em uma transação ou em uma venda de dessa área. A prefeitura contrata alguns profissionais para fazer a avaliação e a intenção deles é quanto mais alto o valor, melhor.

Rovena Negreiros – Fipe perguntou qual a diferença percentual entre os estudos da secretaria em relação ao que a prefeitura faz.

Ricardo Domingos – C. A. Olímpia respondeu que a diferença é de 30% a mais. Disse que a secretaria aplica critérios internos para fazer a avaliação, é uma média do valor de mercado e “n” fatores que influenciam nessa equação, como, por exemplo, distância, trafegabilidade de estrada, dentre outros. Disse que tem conhecimento em Rio Preto de negócios de 1 hectare de terra, a 2 ou 2,5 milhões de reais e que isso não entra na questão, que está na área urbana, um empreendimento, um condomínio fechado de alto padrão, e que não influencia o proprietário que está na beira do Rio Preto, que a estrada é ruim. Disse que a secretaria faz essa média e que a prefeitura pega os negócios mais interessantes e faz o valor. Colocou que seria necessário divulgar a metodologia para as prefeituras para que possam se organizar nesse sentido, de ter mais acurácia para a valoração da terra.

Maria Lúcia Camargo – Fipe em relação ao valor da terra, explicou que coletaram dados do Instituto de Economia Agrícola (IEA), que no caso de Palestina, encontraram a certidão da prefeitura em que consta o mesmo valor disponível no site do IEA e perguntou se Ricardo sabe se o IED coleta essa informação das prefeituras.

Ricardo Domingos – C.A. Olímpia respondeu que o IEA coleta essas informações do valor que a Casa de Agricultura apresenta para eles, que pode ocorrer que o técnico de Palestina tenha feito uma atualização desse valor.

Rovena Negreiros – Fipe sobre a colocação de Ricardo de que a grande maioria dessas áreas é arrendada, perguntou se esse arrendamento é feito com uma métrica de percentual do faturamento da produção ou faz sobre o preço da terra.

Ricardo Domingos – C. A. Olímpia disse que a esse respeito existem várias situações: ou fazem um preço fixo, pagam “x” reais por hectare, em outras situações ocorre em função da quantidade de cana produzida, convertendo para TR ao valor do dia, existem arrendamentos mensais, outros anuais, pois recebem adiantado e no final do ano, ao venderem a safra para a usina, fazem o cálculo, e recebem um pouco a mais. Disse que a situação mais comum é por um valor fixo mensal, determinado pelo preço do dia do fechamento do contrato.

Rovena Negreiros – Fipe perguntou se essas culturas novas que estão entrando, a soja, seringueira, cacau e banana também entram nesse esquema de arrendamento.

Ricardo Domingos – C. A. Olímpia respondeu que não, citou como exemplo que, o consórcio, a integração seringueira, cacau e banana é na mesma área, explicou que são pequenos e médios

produtores entrando nessa seara, áreas próprias, e como uma alternativa para áreas pequenas, que a usina ou o arrendante entregaram e que não têm condições de voltarem com a cana, como várias se localizam um pouco mais longe da usina, ou alguns produtores que já possuem seringueira e estão expandindo essa cultura nesse consórcio, ou ainda de produtores que eram citricultores, que, devido a problemas fitossanitários, arrancaram as plantas cítricas, ficaram um tempo no pasto e agora estão entrando nessa questão.

Rovena Negreiros – Fipe perguntou para qual lado da região essa situação está ocorrendo.

Ricardo Domingos – C. A. Olímpia respondeu que está se espalhando em volta de Rio Preto, nós temos áreas em Tanabi, Monte Aprazível, em Adolfo, Nova Granada, Potirendaba.

Rovena Negreiros – Fipe perguntou se é uma região que tem estrutura viária capaz de suportar o escoamento da produção.

Ricardo Domingos – C. A. Olímpia disse que sim, é uma estrutura no entorno de Rio Preto. Perguntou aos colegas se tinham algo a complementar.

André Fiorotto – C. A. Olímpia disse que é exatamente isso que acontece em Olímpia, os arrendamentos de cana são predominantes, que existe um arrendamento direto da usina e também de produtores que arrendam outras áreas, são dois tipos de contratos, um da usina e o de produtor para produtor, para entregar para a usina, ou seja, o fornecedor. Disse que amendoim e soja são plantados nas áreas de reforma, e que a soja vem aumentando de dois a três anos para cá, porque a reforma era feita basicamente com amendoim, com o pessoal da região de Jaboticabal, vindo para as nossas áreas para plantar amendoim. Disse que tem surgido novas áreas de plantio de laranja com melhoria no preço, também devido à doença do *greening*, que causou grande eliminação de pomares mais antigos, tem ocorrido situações de reforma da laranja, pelo menos em Olímpia e em Severínia.

Em relação ao mapa das usinas de cana-de-açúcar apresentado pela equipe Fipe, e observando a série histórica, disse que havia muito mais unidades de processamento de laranja na região, que muitas foram fechadas, o que também contribuiu para a diminuição de área de produção de laranja.

Rovena Negreiros – Fipe colocou que o fato de fechar essas unidades de processamento de laranja, porque se fazia o sumo já tinha alto valor agregado, perguntou se o amendoim e a soja têm alguma agregação de valor do plantio, ou não, apenas exporta o produto em si.

André Fiorotto – C. A. Olímpia respondeu que, pelo menos com o grupo de produtores de amendoim da região de Jaboticabal, a comercialização é feita diretamente com a associação deles, que, desde a compra de sementes à venda do produto, é um pacote fechado desse grupo. Já a soja, sendo commodity, a venda é direta no mercado.

Rovena Negreiros – Fipe disse que, de qualquer forma, o amendoim não passa por nenhum processamento, como, por exemplo, a pasta de amendoim.

André Fiorotto – C. A. Olímpia respondeu que não.

Rovena Negreiros – Fipe colocou que a cana e a laranja passam por processamento e essas plantas industriais agregam certo valor. Perguntou sobre a perspectiva da soja, que é commodity como é no Centro-Oeste brasileiro, mas a seringueira tem uma capacidade de processar óleo, extrato para cosmético, seu uso é muito mais diversificado do que a laranja, por exemplo. Com a perspec-

tiva de crescimento, outras plantas industriais podem aparecer na região pela presença dessas seringueiras, o pinus está crescendo no Vale do Paraíba, não só para papel, mas para a indústria cosmética, que no Brasil cresce muito.

Maria Lúcia Camargo – Fipe complementou dizendo que a série da produção agrícola municipal do IBGE traz que o látex coagulado da região representa 37% da produção de São Paulo, mas a borracha com látex líquido é praticamente inexistente, tanto na região como no estado. Perguntou se estão falando do látex coagulado.

Ricardo Domingos – C. A. Olímpia disse que sim, que a produção do látex líquido na região é baixíssima, inexpressiva, porque sua produção é mais difícil, é uma demanda grande de mão de obra e o preço não é tão diferenciado. Na região é látex coagulado, tem um bom parque de beneficiamento, atende bem, e quanto mais crescer esse parque vai ficar obsoleto e vai demandar mais usinas. Disse acreditar que essa expansão é tranquila, que pode dobrar a produção de borracha na região, bastando levantar outro turno nas beneficiadoras que conseguem rodar tranquilo, mas que vai demandar mão de obra, o que também traz benefícios para a região como um todo.

Quanto ao amendoim, disse que as vendedoras não são da região, mas de Jaboticabal, Borborema, que grande parte é exportada com beneficiamento, torrado e salgado, mas é pouco, vai mais in natura, sendo torrado e processado nos outros países. Disse que as indústrias da região que processam o amendoim para pasta, paçoquinha ou alguns produtos confeitados, tem um destaque mais em função da produção, que esse mercado é pequeno, 90% é exportado e 10% para atender o mercado regionalizado de derivados, das processadoras locais, as indústrias de confeitos de doces, como a paçoquinha, por exemplo. Disse que não tem uma grande indústria que consiga atender um mercado estadual ou nacional.

Roberta Fontan – Fipe sobre a questão do valor da terra, perguntou se existe relação para escoamento dessa produção e a infraestrutura de logística, se acham que ela está muito concentrada e no limite, se teria uma supervalorização dessa terra nos municípios de Palestina, Nova Granada, tanto por essa infraestrutura e logística, entre infraestrutura para escoamento da produção e para armazenamento, como, por exemplo, valorização em função de um avanço da soja vinda dos estados vizinhos. Se existe um conjunto de fatores que contribuiu para essa supervalorização, e se esses fatores fazem sentido.

Ricardo Domingos – C. A. Olímpia disse acreditar que o aumento dessa valorização tenha ocorrido por uma questão de atualização de preços, mais do que influência externa, porque a infraestrutura não mudou, tem uma ótima infraestrutura, a secretaria investiu no estado todo em estradas municipais não pavimentadas por meio do Programa Melhor Caminho, e que as prefeituras sempre mantiveram essas estradas em boas condições de trafegabilidade. Disse que a relação de logística e conservação de estrada com valor de terra não existe, porque a própria secretaria vem trabalhando nesse Programa Melhor Caminho há mais de 15 anos, com conversas, treinamento de operadores de maquinários das prefeituras, treinamento e reciclagem dessas pessoas, a Defesa Agropecuária que tem foco na conservação, não de estradas especificamente, mas na influência da estrada sobre a questão da erosão, ou de algum problema nas propriedades. Disse que a fiscalização desse órgão é bem rigorosa, por exemplo, se uma estrada está malconservada e impacta nas propriedades lindeiras, notifica a prefeitura sobre a necessidade da recuperação e conservação.

Ana Beatriz Sacchi – C. A. Catanduva disse que o município de Irapuã, pelos dados que tem, ainda é forte em cana, laranja e seringueira.

Francisco Miguel Rumi – C. A. Irapuã disse que o município tem 800 mil pés de laranja, são três citrículas processadoras dessa cultura, são vendidas diretamente para as indústrias de suco, e o limão para exportação, também por meio da citrícola, em torno de 300 mil pés de limão. Disse que a perda diária da pastagem, e o número de animais não perdeu tanto, porque existem dois confinamentos que superam isso, que deixou de ser pastagem, foi para a cana, mas o número de gado ainda continua o mesmo, não diminuiu.

Em relação à seringueira, disse que tem notado alguma expansão, inclusive com plantios novos, e com a usina de beneficiamento fica com 1/3 do quadro, ela consegue pegar todo látex da região e beneficiar na própria usina em Urupês, [falha no áudio].

Rovena Negreiros – Fipe perguntou se essa é a única usina de beneficiamento em Urupês.

Francisco Miguel Rumi – C. A. Irapuã disse que a usina pega só a região de Urupês, aproximadamente 18 municípios abrangidos pela EDR.

Rovena Negreiros – Fipe perguntou se é uma grande empresa que faz o beneficiamento para mais ou menos 18 municípios.

Francisco Miguel Rumi – C. A. Irapuã respondeu que em cima do EDR, mas ela pega uma parte de Rio Preto, Mirassol, Potirendaba, Bady Bassitt, mas o plantio é pouco, é maior na região do EDR Urupês, Irapuã e Itajobi.

André Fiorotto – C. A. Olímpia disse que existem mais algumas indústrias de beneficiamento na região, em Olímpia e Guapiaçu, que há uma polarização, e que não é somente a de Urupês, que pega 18 municípios.

Rovena Negreiros – Fipe perguntou se a lógica desses beneficiamentos de látex também respeita as distâncias, como as usinas de álcool ou de açúcar, porque, se em Olímpia e Guapiaçu tem um conjunto de usinas de beneficiamento do látex, Urupês concentra uma outra parte da região, se essas são as duas regiões que concentram as seringueiras.

André Fiorotto – C. A. Olímpia disse que tem no noroeste todo, são pulverizadas, mas existem várias unidades beneficiadoras menores para poucos municípios.

Ricardo Domingos – C. A. Olímpia disse que, como a seringueira é bastante pulverizada, as beneficiadoras são igualmente pulverizadas, que a de Irapuã é uma grande multinacional, muito atrativa, mas não é exclusiva. Em Nipoã tem uma grande processadora, uma das primeiras na região, e que a questão do limite não existe, por exemplo, a beneficiadora próxima a Olímpia pega a borracha de Santa Fé do Sul, que existe mais a relação de confiança de mercado, de comprador com vendedor, produtores de borracha organizados em associações ou cooperativas, como uma associação em Monte Aprazível que montou uma beneficiadora, que vende a borracha processada.

Ana Beatriz Sacchi – C. A. Catanduva questionou se paga menos por uma distância maior.

Ricardo Domingos – C. A. Olímpia esclareceu que não, que a borracha fica lá, que desidrata um pouco, perde em peso, mas ganha em rendimento, não tem problema. Disse que se pode dizer que a borracha é uma commodity também, embora seja diferenciada, pois não necessita de uma

estrutura para seu armazenamento, que houve um tempo em que seu preço estava bem atrativo e foi preciso colocar segurança, para evitar os roubos.

Maria Lúcia Camargo – Fipe perguntou como é a dinâmica da mão de obra empregada nos seringais: se é intensiva ou é mais mecanizada.

Ricardo Domingos – C. A. Olímpia esclareceu que alguns seringais são mecanizados... as ossadas, sua manutenção, poucas pulverizações com fungicida para controlar algumas doenças fúngicas; a colheita é manual, que existe uma característica bastante interessante, em que a mão de obra se dá por contrato de parceria, no qual o sangrador ganha de 30% a 45% da receita bruta do seringal, chegando, em alguns casos, a 50% (mas poucos), e o restante fica para o proprietário, o qual também custeia a manutenção e a adubação do seringal. Há casos em que todas as despesas são repartidas entre sangradores e proprietários. Disse que um sangrador consegue trabalhar um total de 8-9 mil árvores, já em famílias, em que o marido e a mulher sangram, conseguem alcançar cerca de 15 mil árvores. Disse entender que esta relação de parceria é de grande confiança, em que o sangrador zela pelo seringal, pois é de lá que tira seu sustento (quanto mais bem manejado o seringal, mais produtivo ele ficará). Retomou a questão das mudas, as quais haviam sofrido problemas em decorrência da legislação devido à mudança de chão para bancada, dizendo que agora voltou a permissão da produção de muda de chão, o que aumentou a disponibilidade de mudas e, com isso, aumentaram também os plantios.

Rovena Negreiros – Fipe questionou se a empresa multinacional existente em Urupês faz fomento (como financiamento do plantio e controle tecnológico da produção), como, em geral, as indústrias de papel e celulose fazem.

Ricardo Domingos – C. A. Olímpia esclareceu que não, justamente pelo fato do mercado ser bastante instável e livre, sendo que hoje um produtor fornece para uma indústria e amanhã pode fornecer para outra que esteja pagando um pouco mais, não havendo garantia de exclusividade.

Maria Lúcia Camargo – Fipe perguntou como estão vendo a questão das pastagens no que se refere ao efetivo de rebanhos, se tem caído ou é esperado algum progresso, e qual a percepção com relação ao tratamento dado à questão da erosão na região via Programa Microbacias.

Fernando Micheletti – C. A. Olímpia, em relação à questão referente às pastagens, esclareceu que vai muito ao encontro do que Ricardo colocou, que até 2010 havia um rebanho muito grande com preço muito baixo, tanto para bezerros quanto para a carne, e com a remuneração superior oferecida pelas usinas de cana, estas começaram a arrendar as terras, antes ocupadas por pastagens, as quais foram substituídas em maior velocidade pelo plantio de cana. Disse que, após 2010, a morte das matrizes fez com que houvesse uma diminuição de vacas criadeiras. Com isso, quem tinha um pouco de rebanho começou a vender bezerros a valores muito altos ao pessoal que fazia sua engorda, fato este, possivelmente, responsável pela diminuição da velocidade de expansão da cana na região a partir de 2010. Já em 2022, percebeu-se um aumento expressivo dos rebanhos, com um certo número de vacas criadeiras, como, por exemplo, em maio de 2021 chegou-se a vender bezerro de desmama, para posterior ingresso em regime de confinamento, a R\$ 3.800,00. Já em maio deste ano, o mesmo bezerro foi vendido a R\$ 3.200,00, sendo que agora seu valor não passa de R\$1.300,00, o que se explica pelo aumento do número de matrizes. Com isso, possivelmente, vai começar a acontecer novamente o que aconteceu em 2010: começarão a matar matrizes e talvez a cana ganhe novo impulso. Disse que esta dinâmica é cíclica, e fica no campo a cultura pela qual se paga melhor.

Com relação às erosões, disse que estas estão sim um pouco presentes na região, sobretudo com as pastagens degradadas, mas não chega a ser uma região tão problemática com voçorocas e outros problemas mais graves, devido ao tipo de solo presente. Já na região de General Salgado, descendo para Dracena, existe um solo com Horizonte B textural muito próximo à superfície, o que significa que é um solo arenoso, com infiltração de água, tendo, logo abaixo, uma camada de impedimento muito grande, deixando este solo muito suscetível à rápida erosão quando mal manejado. Por outro lado, na região metropolitana, embora o solo também seja arenoso, ele não possui esta camada de impedimento (B textural) tão próxima à superfície, tornando-o menos facilmente degradável, o que explica o menor volume de grandes erosões. Contudo, esta mesma região possui uma grande extensão de pastagens degradadas, as quais precisam ser manejadas mediante melhoria na fertilidade do solo a partir do uso de calcário, adubação, etc.

Rovena Negreiros – Fipe perguntou a Fernando se é correto afirmar que a engorda é feita em confinamento, não demandando tanta pastagem.

Fernando Micheletti – C. A. Olímpia esclareceu que, em se tratando somente de confinamento, é correta esta afirmação. Mas não são 100% dos bezerros que vão para confinamento, existindo outras formas, em que a cria começa e fica no pasto, havendo as duas situações na região. Em relação à diminuição ou aumento do rebanho, disse que se dá em função dos valores da cultura ou da pecuária. O produtor não espera muito pela nova alta de preços de sua cultura. Se ele enxerga outras opções, ele muda rapidamente a cultura com a qual irá trabalhar.

Rovena Negreiros – Fipe perguntou se, com relação às pastagens degradadas, as quais exigem melhorias na fertilidade do solo, é mais factível que estas, uma vez recuperadas, sejam ocupadas por novas áreas produtivas de culturas com bom mercado atual ou que sejam incorporadas às áreas urbanas, e que esta questão está calcada em uma teoria nos estudos urbanos de que o estágio imediatamente anterior a uma terra virar área urbana seria quando seu uso agrícola é por pastagens.

Fernando Micheletti – C. A. Olímpia esclareceu que, para algumas destas áreas de pastagem degradadas virarem área urbana, teriam que estar localizadas em pontos estratégicos, por exemplo, quando muito próxima a São José do Rio Preto, se transformando em condomínio de luxo. Esclareceu também que o estado está lançando um programa de integração lavoura-pecuária-floresta, o qual, a partir de pastagens degradadas, planeja trabalhar com culturas anuais como a soja, com vistas à melhoria da qualidade do solo, voltando depois para uma pastagem de qualidade, com o solo recuperado, inserindo, por exemplo, um pouco de eucalipto para sombreamento aos animais e para venda da madeira. Quanto ao Programa Microbacias financiado pelo BID, esclareceu que o Microbacias II foi finalizado em 2019, e que agora está em negociação um novo contrato, o qual poderá ser um dos braços de financiamento do programa de integração lavoura-pecuária-floresta, mas ainda não há nada assinado. Disse que, independente do Programa Microbacias, há uma montagem do estado atualmente em que a recuperação de pastagens degradadas seja feita por meio da integração lavoura-pecuária-floresta, inclusive com um curso para técnicos da secretaria sobre a aplicação deste sistema.

Rovena Negreiros – Fipe perguntou qual foi o impacto do Programa Microbacias.

Fernando Micheletti – C. A. Olímpia respondeu que seu impacto é sempre positivo, que o Microbacias I assistia ao produtor rural dentro da porteira, sendo que este produtor lembra até hoje do

programa. Já o Microbacias II teve como foco a estruturação de associações e cooperativas rurais com vistas à agregação de valor à produção e facilitar o acesso do produtor rural ao mercado. Disse que foram organizadas diversas associações e cooperativas, o que não é tarefa fácil no estado, e foram melhoradas a produção e os equipamentos utilizados, sendo o saldo muito positivo.

Ana Beatriz Sacchi – C. A. Catanduva colocou que, sobre as pastagens, depende muito do relevo e do solo: áreas muito declivosas e, por conseguinte, de difícil mecanização, costumam ser mais usadas com pastagem, pois faltam alternativas, pois as terras melhores são usadas com cultura. Sobre o arrendamento para cana, disse que vai muito do que há de estrutura na propriedade. Exemplo disso, é quando a mão de obra familiar é insuficiente porque os filhos possuem outros trabalhos. Outro aspecto diz respeito ao preço dos insumos, os quais, quando muito elevados, trazem como consequência o maior arrendamento das terras.

Maria Lúcia Camargo – Fipe perguntou sobre o sistema de irrigação das áreas de cana.

Ana Beatriz Sacchi – C. A. Catanduva esclareceu que a maior parte da área de cana não é irrigada.

Ricardo Domingos – C. A. Olímpia esclareceu que as áreas mais próximas às usinas possuem estruturas para fertirrigação, como a vinhaça, muito rica em nutrientes, sobretudo potássio, a qual é distribuída nas áreas de reforma de canavial, nas áreas mais novas, para propiciar uma melhor brotação da cana. A cana tem uma particularidade interessante: embora seja uma cultura temporária, é longeva, 7-8 anos, e por ser plantada em bastante profundidade, capta bastante umidade do solo, sentindo com menos intensidade períodos de estiagem e de veranicos, não demandando irrigação no geral. Os pivôs centrais existentes em canaviais são remanescentes das antigas culturas anuais que existiam antes do arrendamento, não havendo a necessidade de ligá-los, considerando que foi explicado anteriormente.

Rovena Negreiros – Fipe colocou que os estudos realizados pela equipe Fipe, e no âmbito do ZEE produzido pela Sima, colocam a Região Metropolitana de São José do Rio Preto como uma área de grande insegurança hídrica, e perguntou a Ricardo o que explica isso.

Ricardo Domingos – C. A. Olímpia esclareceu que isso se deve ao fato das estações bem marcadas, havendo seis meses de chuva e seis meses de seca, fase que vem se intensificando, trazendo como consequência cerca de oito meses de deficiência hídrica. Disse que as chuvas na região, embora os índices pluviométricos sejam bons, têm sua distribuição bastante irregular ao longo dos meses do ano, o que pode causar o risco de insegurança hídrica, a qual está atrelada a algumas culturas, como por exemplo o cacau, que só produz com irrigação. As culturas com irrigação por pivô central conseguem produzir até três safras por ano, como por exemplo a soja na safra de verão, o milho na safrinha e o tomate na safra de inverno, ou feijão.

Rovena Negreiros – Fipe perguntou se a secretaria faz algum trabalho de conscientização para a constituição de reservas florestais, se há programas de recuperação de vegetação nativa como exige o Código Florestal, uma vez ser esta uma região de baixíssima cobertura vegetal nativa.

Ricardo Domingos – C.A. Olímpia esclareceu que, atualmente, pela Lei 12.651/2012, se analisarem os mapas de cobertura vegetal correspondentes aos biomas Cerrado e Mata Atlântica da região, o índice de restauração obrigatória ficou bastante baixo. Disse que percebem que o deserto verde para dar cana, mas a cana foi uma cultura que trouxe reposição vegetal nas APPs, e que acreditam nesse ganho ambiental que ocorreu com a expansão da cultura sucroalcooleira. Disse

que os programas de conscientização e recomposição de mata nativa são recorrentes na secretaria, e, como se costuma dizer, o agricultor no vermelho não conserva o verde, e que vários programas desenvolvidos, desde a intensificação da pecuária leiteira, que trabalha com a intensificação de pastagens, são rotacionados, liberando áreas que eram exploradas extensivamente, em que o produtor começou a ver a importância da água, da preservação das nascentes, de recomposição, o próprio Programa Microbacias I incentivou com doação de mudas, com pagamentos de serviços para construção e materiais para cercas na APP.

Ressaltou que tiveram uma reposição grande em todas as regionais do estado, que hoje estão com um programa que visa reflorestar mais de mil hectares na região com a floresta nativa para fazer a adequação ambiental das propriedades que serão selecionadas, programa este em parceria com algumas empresas, com apoio intenso da Acirp, uma das poucas associações que têm um departamento de agronegócio. Salientou que percebem a preocupação do setor de comércio e serviços em desenvolver ações voltadas à agropecuária.

Rovena Negreiros – Fipe perguntou se a parceria é da secretaria com a Acirp.

Ricardo Domingos – C.A. Olímpia respondeu que é da CATI de São José do Rio Preto com a Acirp e algumas empresas. Disse que a preocupação de adequação ambiental é recorrente na CATI, que é uma meta mensurável e com a equipe muito empenhada.

Rovena Negreiros – Fipe disse que voltarão a conversar com a equipe da Secretaria de Agricultura (da CATI), na ocasião da elaboração das propostas, pois a equipe Fipe está propondo uma macrozona de segurança hídrica, para a qual uma das diretrizes diz respeito ao reforço dessa cobertura vegetal, em obediência à legislação, e a possibilidade de criação de reservas naturais privadas ou de unidades de conservação, uma vez que a Região Metropolitana de São José do Rio Preto possui apenas duas UCs muito pequenas e, dada a riqueza dessa área, necessitam discutir algumas dessas diretrizes, e que terão, inclusive, a oportunidade de casar esse programa da CATI com as diretrizes.

Ricardo Domingos – C. A. Olímpia colocou que, dentro das áreas prioritárias do projeto, a de número zero são as áreas de abastecimento público, que as nascentes de São José do Rio Preto são prioridade. Disse que, apesar de terem muitas coisas implantadas, por determinação do Ministério Público, onde não tem, as propriedades precisam ser adequadas, e serão apoiadas pela CATI.

Rovena Negreiros – Fipe informou que as apresentações serão enviadas aos representantes das CATI, e que as dúvidas pontuais serão encaminhadas por e-mail, inclusive, na fase de formulação das diretrizes das macrozonas, a fim de saber se estas fazem sentido, uma vez que as propostas serão objeto de discussão em audiência pública com a presença da sociedade civil, com os *stakeholders*, e, para tanto, o alinhamento com os programas do governo do estado é fundamental.

Marlon Longo – Fipe, em relação ao tema balanço hídrico, disse imaginar o motivo da aproximação da Acirp da CATI, pois, pelos dados que a equipe Fipe tem sobre a demanda por água na região metropolitana, mais de 60% é da atividade agrícola, existem notícias recorrentes nos últimos anos de municípios que têm passado por racionamento, e, de certa forma, tem uma crise progressiva de produção de água se instalando. Disse que é da região de Fernandópolis, em que a demanda por irrigação, principalmente da laranja, que era superficial, não comporta mais, que grandes produtores têm capacidade de atingir as águas subterrâneas, inclusive não só da laranja, mas

que grandes confinamentos demandam muita água, mas os pequenos produtores no entorno não conseguem o mesmo, pois a demanda superficial seca e gera um conflito. Perguntou se os representantes percebem esse processo.

Ricardo Domingos – C. A. Olímpia disse que a questão é relativa, que é uma tendência, é uma situação de deficiência hídrica e casos de racionamento que se apresentam em todo o estado. Disse que perceberam, nestes anos anteriores de seca mais intensa e prolongada, algumas cidades com fonte única de abastecimento foram muito prejudicadas, mas que essa situação está mudando o perfil das concessionárias de serviço público de água, estão em busca de alternativas. Disse que sempre orientam o produtor a preservar suas nascentes para aumentar a capacidade de produção, preservar a água em sua propriedade. Colocou que a legislação ambiental por vezes atrapalha, dificulta a preservação, e que seria mais vantajoso se tivessem alternativas na legislação a fim de favorecer o produtor, e incentivos do próprio governo do estado para a construção de barragens para preservação da água, e seria possível montar um sistema de regulação da água. Se um proprietário tem possibilidade de furar um poço para irrigar sua cultura, e um pequeno produtor não tem. O grande produtor, como precisa de um grande volume de água, a legislação aperta um pouco mais, então uma demanda de água, uma outorga no DAEE é um pouco mais dificultada, tem que apresentar uma série de comprovações de que a água que será retirada não vai prejudicar os adjacentes. Disse que para o pequeno e o médio irrigante há uma série de normas, mas são um pouco mais simplificadas. Disse que a questão deve ser mais divulgada e ordenada pelo DAEE, que a água está em ciclos, que se conseguirem alinhar a questão de favorecer as nascentes e favorecer a reservação dessas águas de superfície, utilizar algumas técnicas de produção, como plantio direto, para mitigar esse uso intenso de água. Disse que a preocupação com a questão é recorrente, tanto na secretaria, no governo, como nos produtores.

Rovena Negreiros – Fipe agradeceu a presença e a colaboração de todos, disse que enviará a apresentação por e-mail, que farão as oficinas regionais com as prefeituras e a sociedade civil apresentando essas informações na primeira semana de outubro, logo após o primeiro turno das eleições, e que com o *feedback* dos grupos de trabalho e das oficinas regionais darão início à elaboração das propostas, e terão a oportunidade de trocar mais informações com os parceiros setoriais. Agradeceu mais uma vez a participação.

ALOCAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA E CONSULTORES

Prof. Dr. Andrea Sandro Calabi (economista). Coordenador do Estudo Fipe-SDR.

Profa. Dra. Marta Dora Grostein (arquiteta urbanista). Vice-coordenadora e pesquisadora com foco nas análises urbanísticas e socioterritoriais.

Rovena Maria Carvalho Negreiros (advogada e gestora pública). Coordenadora executiva do estudo e pesquisadora com foco em gestão metropolitana e desenvolvimento regional e urbano.

Marcos Campagnone (gestor público). Coordenador executivo do estudo com foco na articulação institucional.

Profa. Dra. Regina Maria Prosperi Meyer (arquiteta urbanista). Consultora em análises urbanísticas e físico-territoriais.

Prof. Dr. Francisco Vidal Luna (economista). Consultor em aspectos econômicos e de gestão pública.

Marlon Rubio Longo (arquiteto urbanista). Pesquisador sênior em análises urbanísticas físico-territoriais e socioeconômicas, coordenador da UR.

Roberta Fontan Pereira Galvão (arquiteta, ciência ambiental e geoprocessamento). Pesquisadora sênior em análises urbanísticas e físico-territoriais. Produção de mapas temáticos (georreferenciamento) e montagem do banco de dados do estudo.

Bruno Oliva (economista). Pesquisador sênior em análises socioeconômicas e montagem do banco de dados do estudo.

Oziel Carneiro (ciência da computação e engenheiro elétrico) estruturação do banco de dados.

Maria Lúcia Figueiredo Bueno de Camargo (economista). Pesquisadora sênior em análises socioeconômicas e administrativas.

Maurício Hoffman (economista). Apoio e realização de audiências públicas e representações governamentais.

Luciana Souza Damasceno Casa (relações públicas). Especialista em mobilização, cerimonial e gestão de eventos institucionais. Organização do processo participativo.

Ana Lucia Carvalho (advogada). Especialista em redação jurídico-normativa e de documentos regulatórios de gestão pública, minuta de projetos de lei.

Margareth Cunha Lemos (jornalista). Coordenadora. Especialista em produção de conteúdo e projetos editoriais voltados à comunicação social.

Célia Moreno (jornalista). Especialista em produção de conteúdo e projetos editoriais voltados à comunicação social.

Andre Cury (gestor em tecnologia). Especialista em programação, marketing digital e visual designer, responsável pela montagem e alimentação das plataformas digitais.

Rafael Giorgi Costa (arquiteto urbanista e geógrafo). Análises em planejamento urbano e regional, gestão ambiental e desenvolvimento urbano sustentável.

Herlan Alcântara (geógrafo). Especialista em geoprocessamento e análises em desenvolvimento urbano e regional.

Fabiana Coelho (bióloga). Especialista em gestão ambiental e desenvolvimento sustentável e análises em desenvolvimento urbano e regional.

Felipe Dutra Dias (engenheiro ambiental e urbano). Especialista em planejamento e gestão do território e análise em desenvolvimento urbano e regional.

Geni A. Toffoli (bibliotecária). Pesquisa, documentação e informação.

Guen Yokoyama (editor gráfico). Editoração dos relatórios e documentos de divulgação.

Rosângela Monteiro (secretária).

Carolina Abdalla Braga (bolsista de economia).

Sarah Rolindo (bolsista de arquitetura e urbanismo).